



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALEGRETE DO PIAUÍ**
O povo acima de tudo.

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2025

**ALEGRETE, PIAUÍ
2025**

PREFEITO

Márcio Willian Maia Alencar

VICE-PREFEITO

Erasmus de Araújo Lima

CONTROLADORIA

Antônio Gean Ferreira de Oliveira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

Adalberto Nunes dos Santos Sobrinho

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Virginia Célia Maia Alencar

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Walter Filho Leal Ramos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Francisco Nerys de Alencar

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Alberto Vito de Alencar Macêdo

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
1.1 – Sobre o Município	6
1.2 - Organograma	6
2. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PREVIDENCIÁRIO.....	7
2.1 – Gestão Contábil.....	8
2.2 – Gestão Financeira.....	8
3. PRIORIDADES E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADES	13
3.1 – Educação	13
3.2 - Saúde	41
3.3 – Assistência Social	66
3.4 – Fundo Municipal de Cultura.....	73
3.5- Departamento de Esportes e Lazer.....	74
4– CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75

MENSAGEM INICIAL

É com grande responsabilidade e espírito de compromisso público que apresentamos o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025. Este documento traduz em números, ações e resultados o trabalho realizado ao longo do ano pela nossa administração, com foco na construção de uma cidade mais justa, desenvolvida e acolhedora para todas e todos.

Em um cenário de constantes desafios, reafirmamos nosso compromisso com a transparência, o planejamento responsável e a aplicação eficiente dos recursos públicos. Avançamos em áreas prioritárias como saúde, educação e assistência social, sempre ouvindo as demandas da nossa gente e buscando soluções integradas e sustentáveis.

Agradeço imensamente a cada servidor público municipal, aos nossos parceiros institucionais e, especialmente, ao povo alegretense, cuja confiança e participação ativa foram fundamentais para cada conquista alcançada.

Seguiremos firmes, com trabalho, responsabilidade e união, construindo um futuro melhor para o nosso município.

Márcio Willian Maia Alencar
Prefeito Municipal

1. APRESENTAÇÃO

Alegrete do Piauí localiza-se a 379 quilômetros da capital Teresina. Tem sua origem ligada à trajetória do vaqueiro e caçador Tertuliano Sanches Leal, que no início do século XX fixou residência na região então conhecida como Poço dos Veados, atraído pela fartura de água e caça. A partir de 1910, formou-se um pequeno povoado com forte espírito comunitário e autossuficiência. O progresso chegou com a realização da primeira feira em 1949 e, posteriormente, com a instalação de uma usina de algodão em 1968, marcando a transição para uma economia agroindustrial.

Com o crescimento da localidade, o nome foi alterado para Alegrete, inspirado em uma fazenda da região, cujo significado – "canteiro de flores" – foi acolhido com entusiasmo pela população. O município foi oficialmente criado em 1992, com instalação em 1993, desmembrado de São Julião. Atualmente, Alegrete do Piauí conta com uma população de 4.634 habitantes (IBGE, 2022), distribuída em uma área de aproximadamente 243,7 km², e mantém viva a sua história de luta, trabalho e desenvolvimento.



1.1 – Sobre o Município

Missão

Promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população alegretense, por meio de políticas públicas participativas, transparentes e inclusivas, que valorizem a história, a cultura e os recursos locais.

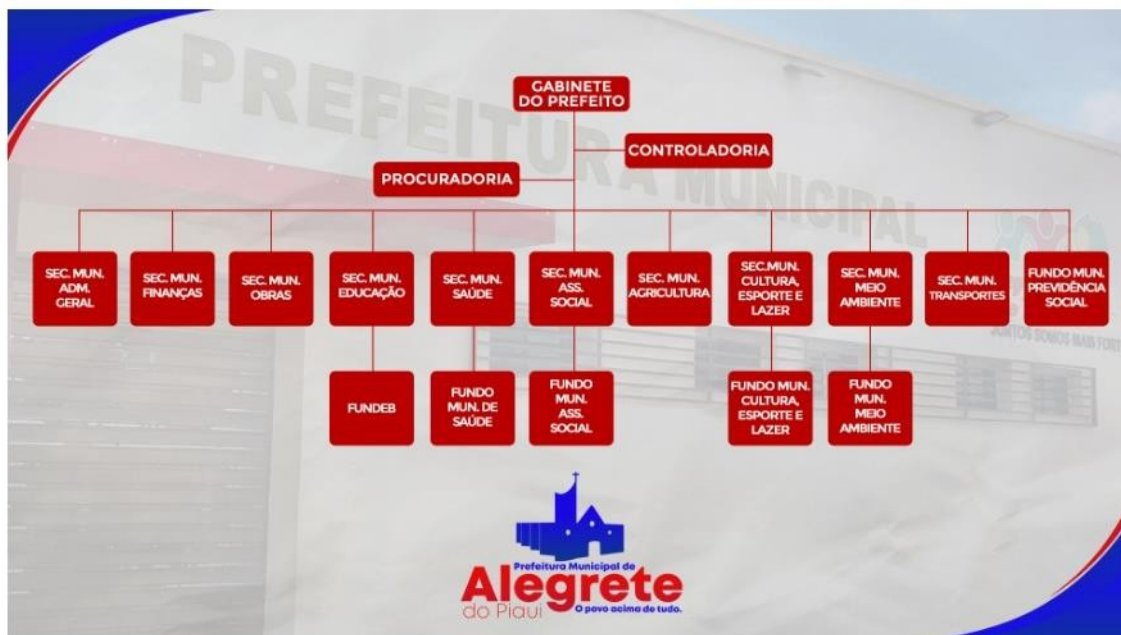
Visão

Ser reconhecido como um município acolhedor, empreendedor e referência em gestão pública comprometida com o bem-estar social, a valorização da cidadania e o fortalecimento da economia local até 2030.

Valores

A gestão municipal de Alegrete do Piauí pauta-se no compromisso com o cidadão, na transparência e participação social, no respeito à história e à cultura local, na promoção do desenvolvimento com equidade, na busca por inovação e sustentabilidade e na valorização do trabalho coletivo como caminho para transformar realidades e ampliar oportunidades para todos.

1.2 - Organograma



2. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PREVIDENCIÁRIO

O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE DO PIAUÍ foi instituído pela LEI Nº.94/2002 de 05 de julho de 2002 e reestruturado pela Lei nº 123/2007, com a missão de garantir os benefícios previdenciários instituídos por lei aos servidores públicos municipais efetivos, ativos e inativos, e seus dependentes. O regime do RPPS é baseado em um modelo solidário e contributivo e sua gestão, de forma autônoma, tem o desafio de tomar medidas que garantam seu equilíbrio financeiro e atuarial. Os benefícios atualmente disponibilizados pelo PREVALE são:

- APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO;
- PENSÃO POR MORTE;
- APOSENTADORIA POR INVALIDEZ;
- APOSENTADORIA COMPULSÓRIA.

RELAÇÃO DE SERVIDORES

O Núcleo Gestor é composto por dois servidores efetivos em comissão.

PROFISSIONAIS QUE COMPÕE O QUADRO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE DO PIAUÍ – PREVALE.

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
Efetivos	02

Tabela 01 – Quantidade de profissionais que compõe o FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE DO PIAUÍ, em 2025.

NÚCLEO GESTOR

01. GERENTE DE PREVIDÊNCIA

NOME: FRANCISCO GEORGE FERREIRA DE OLIVEIRA

CPF: 585.954.574-68

PERÍODO: 01/01/2025 a 30/09/2025

E-MAIL: georgealegrete@gmail.com

TELEFONE: (89) 98102-7959

NOME: ROGERAYRES MACEDO PAIVA

CPF: 949.708.153-72

PERÍODO: 01/10/2025 a 31/12/2025

E-MAIL: roger.paiva@hotmail.com

TELEFONE: 89 98142-2044

02. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

NOME: EDNA PATRÍCIA DE SOUSA ALENCAR

CPF: 732.736.943-00

PERÍODO: 01/01/2025 a 31/12/2025

E-MAIL: edna.sme@gmail.com

TELEFONE: 89 98145-5893

03. CONSELHO DELIBERATIVO

Titular: Antônia Maria De Alencar Macedo

CPF: 044.428.603-94

Suplente: Maria Das Brotas Ferreira De Oliveira

CPF: 816.393.504-47

Titular: Rayane Coelho De Oliveira

CPF: 025.192.213-80

Suplente: Francislene Isabel Da Silva

CPF: 933.680.203-82

Titular: Cícera Paloma Rodrigues Albuquerque De Brito

CPF: 004.321.913-64

Suplente: José Nery De Lima

CPF: 043.242.973-55

Titular: Francisca Ramos Rodrigues

CPF: 353.893.383-91

Suplente: Virginia Célia Maia Alencar

CPF: 199.850.293-72

Titular: Maria Celina De Sousa Alves

CPF: 264.238.713-53

Suplente: Leoneide Lusia Ramos Dantas

CPF: 801.352.853-72

04. CONSELHO FISCAL

Titular: Rodrigo Ramos Rocha Rodrigues

CPF: 065.300.503-29

Suplente: Claudito Ramos Rodrigues

CPF: 740.270.853-53

Titular: Leilian Maria De Alencar

CPF: 000.925.023-93

Suplente: Laura De Sousa Alencar Sobrinho

CPF: 045.777.483-55

Titular: Inez Lusia Ramos

CPF: 809.307.513-53

Suplente: Maristela Isabel Ramos

CPF: 923.620.443-00

3. CERTIFICAÇÕES

O PREV ALE possui os seguintes membros certificados:

- ROGERAYRES MACEDO PAIVA – CP RPPS DIRIG I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 17/09/2029 e CP RPPS CGINV I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 29/08/2029;
- ANTONIA MARIA DE ALENCAR MACEDO – CP RPPS CODEF I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 17/09/2029 e CP RPPS CGINV I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 04/09/2029;
- FRANCISCA RAMOS RODRIGUES – CP RPPS CODEL I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 17/09/2029 e CP RPPS CGINV I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 10/08/2027;
- RAYANE COELHO DE OLIVEIRA – CP RPPS CODEF I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 17/09/2029 e CP RPPS CGINV I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 29/08/2029;
- INEZ LUSIA RAMOS CAROLINO – CP RPPS CODEF I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 17/09/2029 e CP RPPS CGINV I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 04/09/2029;
- LEILIAN MARIA DE ALENCAR – CP RPPS CODEF I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 17/09/2029 e CP RPPS CGINV I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 29/08/2029;
- ADALBERTO NUNES DOS SANTOS SUBRINHO – CP RPPS CGINV I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 29/08/2029;
- ANTONIO GEAN FERREIRA DE OLIVEIRA – CP RPPS CGINV I pelo INSTITUTO TOTUM – Válido até 10/08/2027.

4. REUNIÕES

O Fundo Previdenciário do Município de Alegrete do Piauí realizou mensalmente reuniões explorando a Prestação de Contas referente as competências do exercício de 2025 junto aos membros do conselho deliberativo e fiscal, concluindo que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, e estão em condições de serem apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

5. INVESTIMENTOS

O Fundo Previdenciário de Alegrete do Piauí possuía até dezembro/2025 o patrimônio total de R\$ 8.947.576,90 (oito milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa centavos), sendo o equivalente a 96,98% desse patrimônio alocados em Fundo de Investimento de Renda Fixa e o equivalente a 3,02% desse patrimônio aplicados em Fundo de Investimento de Renda Variável.

Durante o ano de 2025 os Fundos de Investimento de Renda Fixa obtiveram um retorno de 1,17% em relação aos recursos alocados, conforme disposto a seguir.

Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de Dezembro/2025						FUNDOS DE RENDA FIXA			
Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit	Var - Mês	
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENC...	1.506.001,14	0,00	0,00	1.524.451,80	18.450,66	1,23%	1,23%	0,02%	
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1.132.881,17	0,00	0,00	1.146.442,17	13.561,00	1,20%	1,20%	0,08%	
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RE...	5.724.711,17	0,00	143.233,24	5.647.284,57	65.806,64	1,15%	1,16%	0,09%	
Total Renda Fixa	8.363.593,48	0,00	143.233,24	8.318.178,54	97.818,30	1,17%		0,08%	

Durante o ano de 2025 os Fundos de Investimento de Renda Variável, Estruturados e Imobiliário obtiveram um retorno de 4,62% em relação aos recursos alocados, conforme disposto a seguir.

Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de Dezembro/2025						FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL			
Ativos Renda Variável	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit	Var - Mês	
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA RESP LIMITADA FIF MUL...	26.765,64	0,00	0,00	27.282,42	516,78	1,93%	1,93%	3,83%	
CAIXA DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	202.303,48	0,00	0,00	205.233,67	2.930,19	1,45%	1,45%	8,60%	
Total Renda Variável	229.069,12	0,00	0,00	232.516,09	3.446,97	1,50%		8,04%	

Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de (Dezembro / 2025)						FUNDOS EXTERIOR			
Ativos Exterior	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit	Var - Mês	
CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NL...	25.592,97	0,00	0,00	26.392,25	799,28	3,12%	3,12%	7,93%	
Total Exterior	25.592,97	0,00	0,00	26.392,25	799,28	3,12%		7,93%	

6. INVESTIMENTOS POR LIMITE

Conforme disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 4.963/2021, os investimentos do RPPS foram distribuídos dentro dos percentuais máximos permitidos para cada classe de ativo, conforme segue:

- Renda Fixa (Títulos Públicos Federais e Outros Ativos de Crédito Privado): De acordo com o art. 5º da Resolução CMN nº 4963/2021, a alocação em renda fixa pôde atingir até 100% dos recursos do RPPS, sendo que a parcela aplicada exclusivamente em títulos públicos federais foi mantida dentro desse limite, garantindo segurança e liquidez para o fundo. Além disso, a alocação em ativos de crédito privado respeitou os limites específicos estabelecidos para esse segmento.
- Renda Variável (Ações e Fundos de Ações): Conforme o art. 9º da referida Resolução, o investimento em renda variável esteve limitado a até 30% dos recursos do RPPS. As aplicações foram realizadas em ativos devidamente registrados e negociados em mercados regulamentados, garantindo conformidade com as exigências normativas e diversificação da carteira.
- Investimento no Exterior: Em conformidade com o art. 10 da Resolução, os investimentos estruturados foram limitados a até 10% dos recursos do RPPS. A alocação respeitou os critérios de governança e análise de risco, garantindo que os investimentos se mantivessem dentro dos padrões exigidos.

Com a gestão financeira dos Recursos Previdenciários própria, tendo credenciadas a instituição Caixa Econômica Federal, o RPPS garantiu que todos os investimentos realizados permanecessem dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021, assim como as diretrizes e exigências determinadas pela Portaria nº 1467/2022 do MPS e Política de Investimentos do exercício de 2025, assegurando a conformidade regulatória e a adequada diversificação da carteira.

Para comprovar o disposto, apresenta-se a carteira consolidada dos investimentos do Fundo Previdenciário Municipal de Alegrete do Piauí com a data base em 31/12/2025 apresentando o enquadramento conforme a legislação que norteia as aplicações dos recursos.

Carteira consolidada de investimentos - base (Dezembro / 2025)								
CNPJ	Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Lei
05.164.358/0001-84	CAIXA BRASIL TITULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF ...	D+0	Não há	5.647.284,57	65,84%	838	0,05%	7ª I b
23.215.008/0001-70	CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+0	Não há	1.146.442,17	13,37%	635	0,01%	7ª III a
03.737.208/0001-97	CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERE...	D+0	Não há	1.524.451,80	17,77%	1.304	0,01%	7ª III a
05.900.798/0001-41	CAIXA DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+4	Não há	205.233,67	2,39%	2.405	0,07%	8ª I
17.502.937/0001-68	CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR ...	D+4	Não há	26.392,25	0,31%	367	0,00%	9ª III
30.036.235/0001-02	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA RESP LIMITADA FIF M...	D+1	Não há	27.282,42	0,32%	7.814	0,00%	10ª I
Total para cálculo dos limites da Resolução				8.577.086,88				
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS					370.490,09			Artigo 6º
					PL Total			8.947.576,97

7. META ATUARIAL

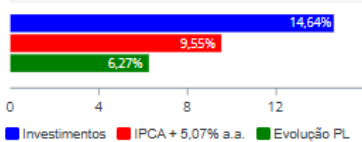
A taxa atuarial de juros, também conhecida como meta atuarial, é utilizada no cálculo das avaliações atuarias para trazer o valor presente de todos os compromissos do plano de benefícios na linha do tempo e que determina assim o quanto do patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS deverá possuir para manter o equilíbrio atuarial.

Considerando a exposição da carteira e seus investimentos, as projeções dos indicadores de desempenho dos retornos sobre esses mesmos investimentos, o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do PREV ALE, definiu como META DE RENTABILIDADE (IPCA) + 5,07%.

Assim, o recurso aplicado obteve um retorno acumulado no exercício financeiro de 2025 no valor total de R\$ 1.104.218,40 (um milhão, cento e quatro mil, duzentos e dezoito reais e quarenta centavos), correspondendo a um retorno de 14,64% e evolução no PL de 6,27% no exercício financeiro de 2025.

Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados no ano de 2025												
Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	7.612.850,24	0,00	146.000,00	7.553.362,64	86.512,40	86.512,40	1,14%	1,14%	0,59%	0,59%	191,51%	0,34%
Fevereiro	7.553.362,64	0,00	106.000,00	7.510.598,94	63.236,30	149.748,70	0,84%	1,96%	1,71%	2,31%	85,78%	0,27%
Março	7.510.598,94	500.000,00	111.000,00	7.984.597,16	84.998,22	234.746,92	1,08%	3,08%	0,94%	3,27%	94,22%	0,26%
Abril	7.984.597,16	2.229.283,67	2.295.955,04	8.008.963,17	89.037,38	323.784,30	1,12%	4,23%	0,82%	4,12%	102,64%	0,32%
Mai	8.008.963,17	103.500,00	293.500,00	7.909.877,27	92.914,10	416.698,40	1,16%	5,44%	0,67%	4,82%	112,78%	0,20%
Junho	7.909.877,27	415.700,00	229.100,00	8.186.727,86	90.250,59	506.948,99	1,11%	6,61%	0,63%	5,49%	120,53%	0,16%
Julho	8.186.727,86	500.000,00	635.000,00	8.148.413,78	96.685,92	603.634,91	1,18%	7,87%	0,71%	6,24%	126,17%	0,16%
Agosto	8.148.413,78	450.000,00	534.500,00	8.164.832,41	100.918,63	704.553,54	1,24%	9,21%	0,30%	6,56%	140,35%	0,20%
Setembro	8.164.832,41	150.000,00	174.000,00	8.244.165,89	103.333,26	807.886,82	1,27%	10,59%	0,91%	7,54%	140,54%	0,14%
Outubro	8.244.165,89	0,00	152.201,84	8.198.510,71	106.546,86	914.433,68	1,29%	12,02%	0,54%	8,12%	148,04%	0,17%
Novembro	8.198.510,71	0,00	172.810,93	8.119.029,92	93.330,14	1.007.763,82	1,14%	13,30%	0,55%	8,72%	152,49%	0,17%
Dezembro	8.119.029,92	0,00	125.233,24	8.090.251,26	96.454,58	1.104.218,40	1,19%	14,64%	0,76%	9,55%	153,32%	0,32%

Investimentos x Meta de Rentabilidade x PL



■ Investimentos ■ IPCA + 5,07% a.a. ■ Evolução PL

8. QUANTIDADE DE ATIVOS

Em dezembro/2025 o município de Alegrete do Piauí - PI possuía 173 servidores públicos efetivos ativos.

9. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

No exercício de 2025 o Fundo Previdenciário Municipal de Alegrete do Piauí concedeu 4 aposentadorias.

10. MASSA DE BENEFICIÁRIOS

O Fundo Previdenciário Municipal de Alegrete do Piauí possui segregação de massa implementado pela LEI Nº 185 DE 23/03/2012.

Contemplando em dezembro de 2025 o total de 64 (sessenta e quatro) beneficiários, sendo 63 (sessenta e três) aposentados e 1 (um) pensionista.

11. CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Quanto ao recolhimento das contribuições previdenciárias, o ente federativo recolheu e repassou as contribuições devidas ao RPPS, conforme disposto no anexo XXVII, peça que compõe a prestação de contas do RPPS.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE DO PIAUÍ - PI									
ANEXO XXVII									
RELAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS E RECOLHIDOS AOS REGIMES DE PREVIDENCIA SOCIAL									
Exercício de referência: 2025									
IN TCE nº 05/2023									
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL (RPPS) - FUNDO EM REPARTIÇÃO									
COMPETÊNCIA	Salário de Contribuição R\$	Alíquota Aplicada %		Crédito a Receber R\$		Valor Recebido R\$		Valor a Receber R\$	
		Patronal	Servidor	Patronal	Servidor	Patronal	Servidor	Patronal	Servidor
Janeiro	193.880,88	14,00%	14,00%	27.143,32	27.143,32	27.143,33	27.143,32	0,01	0,00
Janeiro - Cedidos									
Fevereiro	207.088,93	14,00%	14,00%	28.992,45	28.992,45	28.992,46	28.992,46	0,01	0,01
Fevereiro - Cedidos									
Março	192.718,98	14,00%	14,00%	26.980,66	26.980,66	26.980,65	26.980,65	0,01	0,01
Março - Cedidos									
Abril	196.463,16	14,00%	14,00%	27.504,84	27.504,84	27.504,84	27.504,84	0,00	0,00
Abril - Cedidos									
Maio	194.623,68	14,00%	14,00%	27.247,32	27.247,32	27.247,32	27.247,32	0,00	0,00
Maio - Cedidos									
Junho	208.178,94	14,00%	14,00%	29.145,05	29.145,05	29.145,03	29.145,03	0,02	0,02
Junho - Cedidos									
Julho	187.869,11	14,00%	14,00%	26.301,68	26.301,68	26.301,67	26.301,67	0,01	0,01
Julho - Cedidos									
Agosto	185.002,58	14,00%	14,00%	25.900,36	25.900,36	25.900,28	25.900,28	0,08	0,08
Agosto - Cedidos									
Setembro	184.671,36	14,00%	14,00%	25.853,99	25.853,99	25.853,99	25.853,99	0,00	0,00
Setembro - Cedidos									
Outubro	192.253,59	14,00%	14,00%	26.915,50	26.915,50	24.532,47	24.532,47	2.383,03	2.383,03
Outubro - Cedidos									
Novembro	187.699,76	14,00%	14,00%	26.277,97	26.277,97	20.806,31	20.806,31	5.471,66	5.471,66
Novembro - Cedidos									
Dezembro	209.389,40	14,00%	14,00%	29.314,52	29.314,52	20.675,83	20.675,83	8.638,69	8.638,69
Dezembro - Cedidos									
Total	2.339.840,37			327.577,65	327.577,65	311.084,18	311.084,17	16.493,47	16.493,48

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO									
COMPETÊNCIA	Salário de Contribuição R\$	Alíquota Aplicada %		Crédito a Receber R\$		Valor Recebido R\$		Valor a Receber R\$	
		Patronal	Servidor	Patronal	Servidor	Patronal	Servidor	Patronal	Servidor
Janeiro	355.180,14	14,00%	14,00%	49.725,22	49.725,22	49.725,21	49.725,21	0,01	0,01
Janeiro - Cedidos									
Fevereiro	382.267,33	14,00%	14,00%	53.517,43	53.517,43	53.517,43	53.517,43	-	0,00
Fevereiro - Cedidos									
Março	390.827,15	14,00%	14,00%	54.715,80	54.715,80	54.715,82	54.715,82	-	0,02
Março - Cedidos									
Abril	367.933,06	14,00%	14,00%	51.510,63	51.510,63	51.510,63	51.510,63	-	0,00
Abril - Cedidos									
Maió	369.092,79	14,00%	14,00%	51.672,99	51.672,99	51.672,99	51.672,99	-	0,00
Maió - Cedidos									
Junho	365.507,17	14,00%	14,00%	51.171,00	51.171,00	51.171,00	51.171,00	-	0,00
Junho - Cedidos									
Julho	358.650,25	14,00%	14,00%	50.211,04	50.211,04	50.211,04	50.211,04	-	0,00
Julho - Cedidos									
Agosto	353.408,46	14,00%	14,00%	49.477,18	49.477,18	49.477,19	49.477,19	-	0,01
Agosto - Cedidos									
Setembro	371.397,24	14,00%	14,00%	51.995,61	51.995,61	51.995,61	51.995,63	-	0,02
Setembro - Cedidos									
Outubro	441.839,74	14,00%	14,00%	61.857,56	61.857,56	32.255,99	32.255,99	29.601,57	29.601,57
Outubro - Cedidos									
Novembro	386.175,15	14,00%	14,00%	54.064,52	54.064,52	28.090,08	28.090,08	25.974,44	25.974,44
Novembro - Cedidos									
Dezembro	486.949,70	14,00%	14,00%	68.172,96	68.172,96	27.479,05	27.479,04	40.693,91	40.693,92
Dezembro - Cedidos									
Total	4.629.228,18			648.091,95	648.091,95	551.822,04	551.822,05	96.269,91	96.269,90

De janeiro a dezembro de 2025 foi repassado o valor total de R\$ 862.909,24 (oitocentos e sessenta e dois mil, novecentos e nove reais e vinte e quatro centavos) referente à contribuição dos segurados e R\$ R\$ 862.909,22 (oitocentos e sessenta e dois mil, novecentos e nove reais e vinte e dois centavos) referente à contribuição do ente federativo.

12. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A compensação previdenciária consiste no acerto financeiro entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), e destes entre si, quando for utilizado, para a concessão de benefício em um regime, tempo de contribuição de outro regime, certificado na forma da contagem recíproca de tempo de contribuição, a qual é efetuada por meio do Sistema de Compensação Previdenciária – COMPREV.

O Fundo Previdenciário Municipal de Alegrete do Piauí recebeu em repasses do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entre janeiro e dezembro de 2025 o valor de R\$ 70.170,88 (setenta mil, cento e setenta reais e oitenta e oito centavos). As transferências foram referentes ao acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

13. PARCELAMENTOS

Entre a Prefeitura Municipal de Alegrete do Piauí-PI e o PREV ALE há 06 (seis) termos de acordo de parcelamento firmados sob os números 00352/2018; 00353/2018; 00354/2018; 00355/2018; 00295/2023 e 00296/2023.

De janeiro a dezembro/2025 foram pagas/liquidadas parcelas no total de R\$ 68.036,23 (sessenta e oito mil, trinta e seis reais e vinte e três centavos) e restando saldo a pagar no total de R\$ 232.678,49 (duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos), conforme demonstrado a seguir.

Nº do Termo	Data do Acordo/Tipo Contribuição Parcelada:	Quantidade de Parcelas	Total Parcelado	Valor da Parcela	Nº de Parcelas pagas	Saldo a Receber
00352/2018	01/03/2018 - PAT	200	R\$ 19.608,03	R\$ 98,04	91	R\$ 10.686,38
00353/2018	01/03/2018 - SERV	200	R\$ 31.872,40	R\$ 159,36	91	R\$ 17.370,46
00354/2018	01/03/2018 - DESP ADM	200	R\$ 15.496,38	R\$ 77,48	91	R\$ 8.445,53
00355/2018	01/03/2018 - PAT	200	R\$ 103.180,96	R\$ 515,90	91	R\$ 56.233,62
00295/2023	26/09/2023 - PAT	60	R\$ 142.321,44	R\$ 2.372,02	25	R\$ 83.020,84
00296/2023	26/09/2023 - PAT	60	R\$ 97.580,00	R\$ 1.626,33	25	R\$ 56.921,67

Salienta-se que o saldo devedor acima mencionado é caracterizado como valor originário, sendo que as parcelas são atualizadas conforme índice financeiro e taxa de juros dispostos na lei autorizativa de parcelamento do Fundo Previdenciário.

14. DESPESAS BENEFÍCIOS

Para custear os benefícios previdenciários no exercício financeiro 2025 foram despendidos R\$ 2.534.322,42 (dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos).


15. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é um documento fornecido pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar - SRPC do Ministério da Previdência com validade de 180 dias, que atesta o cumprimento dos critérios seguindo as leis federais (como a Lei nº 9.717/98), normas de boa gestão para os RPPS e sustentabilidade garantindo que o regime previdenciário tem capacidade de pagar os benefícios (aposentadorias e pensões) aos servidores.

Conforme imagem a seguir, apresenta-se que o município de Alegrete do Piauí-PI permaneceu durante todo o exercício financeiro de 2025 com o seu CRP válido administrativamente.

Emissão	Validade	Cancelamento	Motivo	Ação Judicial	Visualizar
24/12/2025 09:44:09	22/06/2026			Não	
28/08/2025 00:00:00	23/12/2025			Não	

Por fim, teve o seu CRP validado em 24/12/2025 com validade até 22/06/2026, conforme disposto abaixo.

 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Alegrete do Piauí UF: PI
CNPJ Principal: 41.522.152/0001-31

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO


Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 24/12/2025
VÁLIDO ATÉ 22/06/2026

N.º 982269 -
250037

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Com fundamento na Lei Municipal Nº 300/2021, a taxa de administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS municipal, inclusive para conservação de seu patrimônio, deverá observar o disposto na lei, onde a taxa de administração será de 3,6% sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior.

Com base nesse fundamento, para o exercício financeiro de 2025, o Fundo Previdenciário Municipal de Alegrete do Piauí poderia utilizar até R\$ 232.611,58 (duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e oito centavos) para organização e funcionamento do RPPS. Contudo, nesse exercício financeiro foi utilizado apenas a importância de R\$ 114.271,01 (cento e quatorze mil, duzentos e setenta e um reais e um centavo).

17. PRIORIDADES E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADES

17.1 – Educação

17.1.1 – Apresentação

O Relatório de Gestão é um instrumento destinado à demonstração da execução dos serviços relacionados às políticas públicas de Educação do município de Alegrete do Piauí – PI. Este instrumento tem por objetivo primordial apresentar as principais ações e resultados alcançados durante o exercício de 2025 e revelar os avanços e/ou obstáculos que dificultaram a execução das mesmas.

A Secretaria Municipal de Educação é um órgão da prefeitura que integra o Sistema Municipal de Ensino o qual gerência em todas as modalidades de responsabilidade da Administração Municipal de Alegrete do Piauí. Ela é responsável por planejar, coordenar, implementar e executar políticas públicas fundamentada nos objetivos de desenvolvimento político e social das comunidades, e a concretização do processo educacional, de forma democrática e participativa, destacando a função social da escola na formação e transformação do cidadão, em harmonia com o Conselho Municipal de Educação, integradas pelos entes federativos em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal e da legislação vigente, pelos respectivos conselhos.

17.1.2 - Identificação

Secretaria Municipal de Educação

João Arraes Filho, 07 - Centro – Alegrete do Piauí - PI

CEP: 64.675 - 000 – CNPJ: 30.687.906/0001-97

Fone: (89) 3436-1120 - E-mail: sme.alegrete.pi@gmail.com

EQUIPE DE TRABALHO

DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Virginia Célia Maia Alencar

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Valdenia Francisca da Silva

Lilian Maria de Alencar

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR:

Psicóloga: Rayane Coelho

Psicopedagoga: Janaiane dos Anjos

Assistente Social: Andreia Ramos

EQUIPE TÉCNICA DA SME
Laura de Sousa Alencar
Sobrinho Edson Israel Leal
Ribeiro

EQUIPE NUTRICIONISTA
Verena Cosma de Sousa Silva
Emanuely Cristine Nascimento Holanda Pinheiro

3.1.3 Educação

A educação é o pilar para garantir a formação cidadã do estudante. A Secretaria Municipal de Educação de Alegrete do Piauí fomenta a qualidade do ensino e assume a função de planejar, coordenar, implementar e executar políticas públicas administrativas e pedagógicas que favoreçam o clima de inovação e crescimento educacional para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, buscando integrar a qualificação e valorização dos servidores e profissionais do ensino público municipal, além de ordenamento de receitas e despesas de recursos públicos federais e ou estaduais.

Os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Educação estão previstos na Lei de Diretrizes e Bases LDB 9394/96, na Lei Orgânica do Município, no Plano Nacional de Educação PNE, LEI N° 13.005/2014, no Plano Municipal de Educação PME, LEI N° 226/2015 no Plano de Cargos Carreira do Magistério instituído pela Lei Municipal 153/2010 e nas normas do Conselho Municipal de Educação PME.

A Rede Municipal de Ensino do Município de Alegrete do Piauí, no ano letivo de 2025 ofertou em seu edital de matrículas, educação básica nas seguintes modalidades de Educação Infantil (creche e pré-escola); Ensino Fundamental (1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano) e Ensino Fundamental modalidade de Educação de Jovens e Adultos- EJA, Para atender os alunos matriculados, o município conta com 08 (seis) unidades educacionais, localizadas em diversos pontos da região, conforme quadro abaixo.

ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, LOCALIZAÇÃO E NÚMEROS DE ALUNOS MATRICULADOS EM 2025

ESCOLAS	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS
CRECHE TIA OSAY MAIA	URBANA	105
U. E. MÃE MARIA	URBANA	88

U.E. JOÃO JACOB DE ARAUJO	URBANA	119
U.E. TERTULIANO SANCHES LEAL	URBANA	209
U.E. MARIA JUCENEUDA MAIA	URBANA	222
U.E PEDRO CAZÉ	RURAL	113
U. E. ANTONIO GONÇALO	RURAL	47
U. E. JOAQUIM PEREIRA	RURAL	14
TOTAL GERAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM 2025: 917		

A pasta da Secretaria de Educação, no exercício da gestão do prefeito Márcio Willian Maia Alencar, liderada pela secretária Virginia Célia Maia Alencar, tem como missão assegurar a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Público, gratuito e de qualidade, proporcionando acesso, permanência, sucesso escolar e o exercício consciente do aluno no processo de construção de sua cidadania.

ORGANOGRAMA ESCOLAR.



3.1.4 Ações planejadas e ações executadas pela secretaria municipal de educação no ano de 2025.

A Educação é um direito fundamental que ajuda não somente no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sua importância vai além de um meio fundamental para se ter uma carreira profissional bem-sucedida, obter um emprego e aumento salarial. Através da educação aprendemos a nos preparar para a vida, para o exercício de ser um cidadão atuante na sociedade em que está inserido, sendo um dos agentes transformadores desta. A equipe do departamento pedagógico, juntamente com a equipe gestora e administrativa desenvolveram ações educativas para alcançar os objetivos e as metas estabelecidas no plano de gestão, elaborado a partir da discussão e planejamento, envolvendo todas as pessoas responsáveis pela gestão da educação municipal. Todas as ações planejadas e executadas nortearam as políticas educacionais do município de Alegrete do Piauí no ano letivo de 2025 e foram pautadas no pleno desenvolvimento do ensino, garantindo aprendizagem, qualidade e equidade aos alunos, visando melhorar a qualidade do ensino básico na rede municipal de ensino. Planejar é uma atividade que está dentro da educação. É um processo que estabelece meios de atingir objetivos previstos, buscando alcançar o que desejamos, evitando a improvisação e estabelecendo caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução de ações educativas. Nesse sentido, segue, ações e evidências do nosso planejamento anual O ano letivo de 2025 iniciou-se com a realização reuniões com a equipe técnica da secretaria municipal de educação para avaliar e repensar as ações realizadas pela pasta e, posteriormente, com as equipes gestoras e pedagógicas para dar direcionamentos referentes ao novo ano letivo de 2025.



**REUNIÃO DE ALINHAMENTO COM A
EQUIPE SME, COORDENADORES
PEDAGÓGICOS E PPAIC**

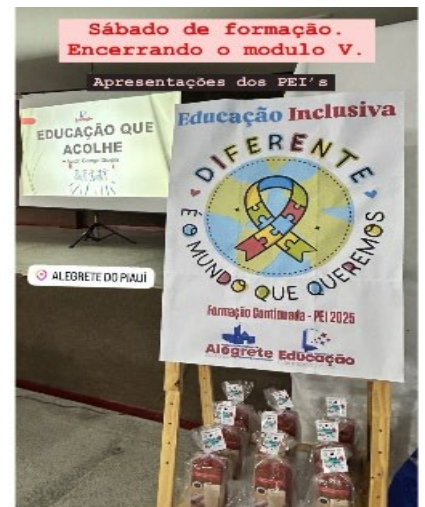


A jornada pedagógica, aconteceu em dois dias de formação, reunindo todos os professores da rede municipal de ensino, equipes pedagógicas, gestoras e técnicas da secretaria de educação, coordenadores, diretores das escolas, equipe multidisciplinar e a participação da secretária municipal de educação, encerrando a jornada com planejamentos em cada escola, reunindo os professores de todas as modalidades e ano, juntamente com a equipe técnica da secretaria. Na semana seguinte à jornada pedagógica, foram realizadas reuniões com os pais dos alunos em todas as escolas da rede municipal, onde foi repassado aos mesmos às diretrizes para o ano letivo de 2025.

O primeiro dia de aula das escolas pertencente à rede municipal de ensino, iniciou com o acolhimento aos alunos pelas equipes das escolas, interagindo com esses através de interações de boas-vindas, como diálogos, orações, músicas e dinâmicas.











A gestão municipal têm a obrigação de ofertar educação infantil e ensino fundamental. Uma gestão consciente de seus deveres, sabe que essa prerrogativa vai além da simples obrigatoriedade. O município deve planejar e executar ações que possam fornecer uma educação de excelência, que proporcione o pleno desenvolvimento do ensino, garantindo qualidade e eficácia na aprendizagem dos alunos. Desde que assumiu a administração do município de Alegrete do Piauí, o atual gestor colocou como prioridade a educação municipal. Para que a educação saísse da defasagem no aprendizado dos alunos, o município focou em estratégias para avançar no desenvolvimento da educação de toda a rede municipal de ensino.

Uma das estratégias, foi a adesão à programas de alfabetização e recomposição das aprendizagens. O mesmo aderiu aos programas federais Pro-LEEI e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, além do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa – PPAIC e do Projeto Saberes em Foco, voltado para SAEPI e SAEB. Havendo também investimentos na infraestrutura dos espaços escolares, em material didático eficaz e inovador e na capacitação dos profissionais da educação.

Nos últimos anos, a educação vem se desenvolvendo de forma gradativa significativa. No ano letivo de 2025, secretaria de educação realizou diversas ações, importantes ao desenvolvimento e a dinamicidade do ensino nas escolas da rede municipal de ensino.

Num processo de aperfeiçoamento, conhecimento e habilidades que visa a melhoria da qualidade do ensino o município oferece em parceria com Governo Estadual e Federal formação continuada para os professores da rede por seguimento de ensino, bem como palestras e oficinas voltadas para temas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem, sócio emocionais e de motivação.





REUNIÃO DE ALINHAMENTO SAEB/SAEPI



No tarde de ontem (terça-feira, 1º de julho) a Secretaria Municipal de Educação, liderada pela secretária Virginia Célia, promoveu, na sede da pasta, uma importante reunião de alinhamento com equipes gestoras e professores de português e matemática da rede municipal de ensino. O encontro teve como objetivo o alinhamento do trabalho para otimização do ensino com vistas à realização das avaliações externas do SAEB e SAEPI. É mais investimento na promoção da nossa educação. #opovocimadetudo



Alegrete Educação



EDUCAÇÃO DE ALEGRETE
participa da 1ª formação RENALFA



A Secretária Municipal de Educação de Alegrete do Piauí, através da articuladora municipal RENALFA Leliana Alencar, participou em Teresina, nesta quarta (04) e quinta (05) da primeira formação da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do CNCA. O encontro promove a construção do plano anual de serviço de cada município dentro da perspectiva RENALFA.



Educação Alegrete





3.1.5 – Programa de Alimentação Escolar - PNAE

A alimentação é um direito social estabelecido no Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, objetivando promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população. O município de Alegrete do Piauí busca fornecer a alimentação escolar com qualidade e atendendo às normas estabelecidas pelo Programa de com o Conselho de Alimentação Escolar-CAE.

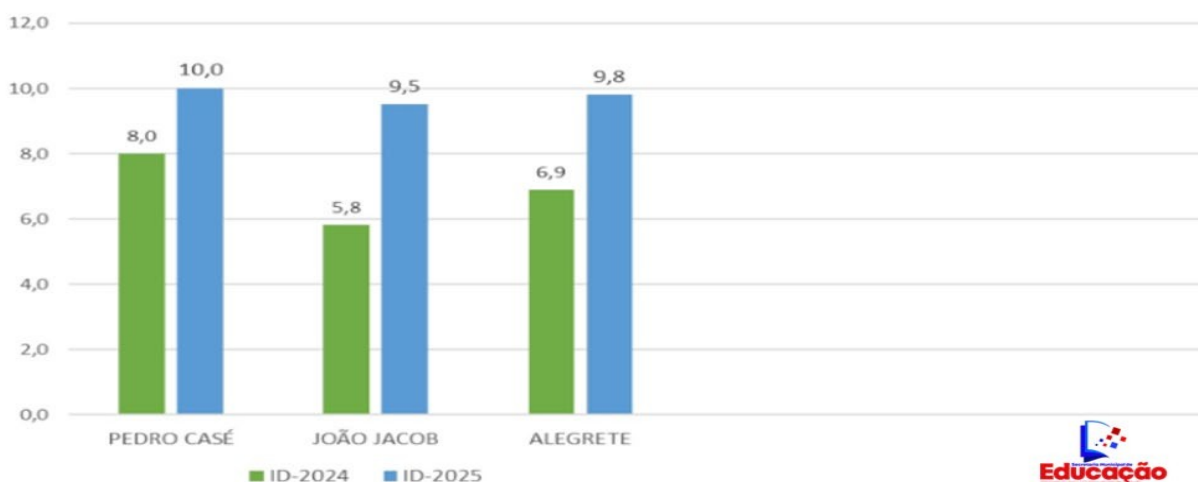
A equipe da Secretaria de educação composta por duas nutricionistas, em consonância com a secretária municipal de educação e com os profissionais da vigilância sanitária e os profissionais da secretaria de agricultura e o CAE, promovem ações de oferta de um cardápio variado, equilibrado e com todas as propriedades nutricionais, necessária para o desenvolvimento intelectual dos alunos, capacitações às merendeiras, reuniões com os pais de alunos para a apresentação dos cardápios, divulgação da chamada pública para a agricultura familiar, reuniões com incentivo à alimentação saudável e execução de atividades de educação alimentar e nutricional com os alunos .



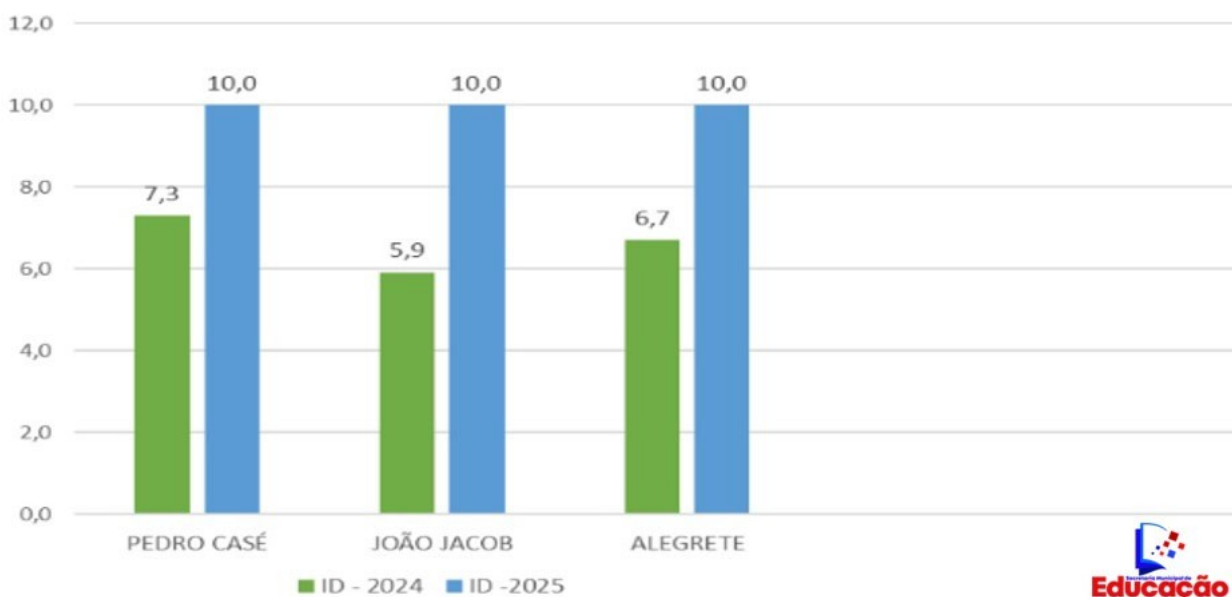
No Saepi houve avanços significativos na proficiência média e nos padrões de desempenho em português e matemática no 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental. Os gráficos abaixo apresentados contêm informações oficiais da Plataforma de Avaliação e Monitoramento da educação do Piauí – CAED .

GRÁFICOS SAEPI 2º ANO – RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DE LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA

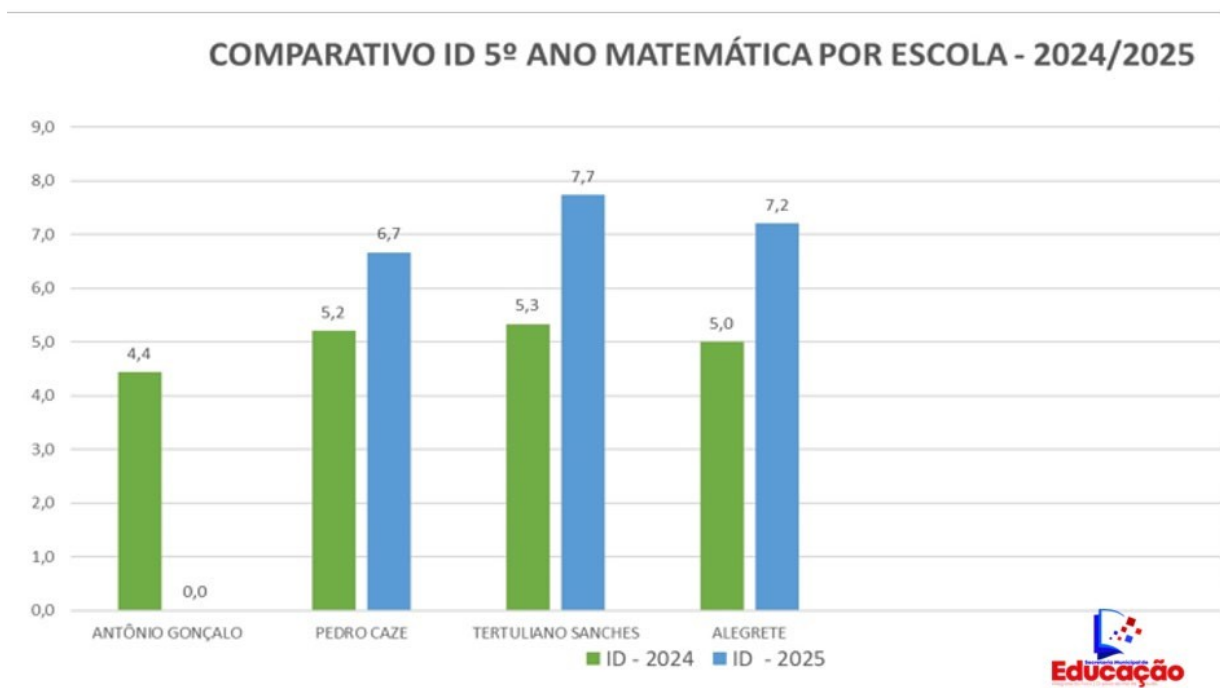
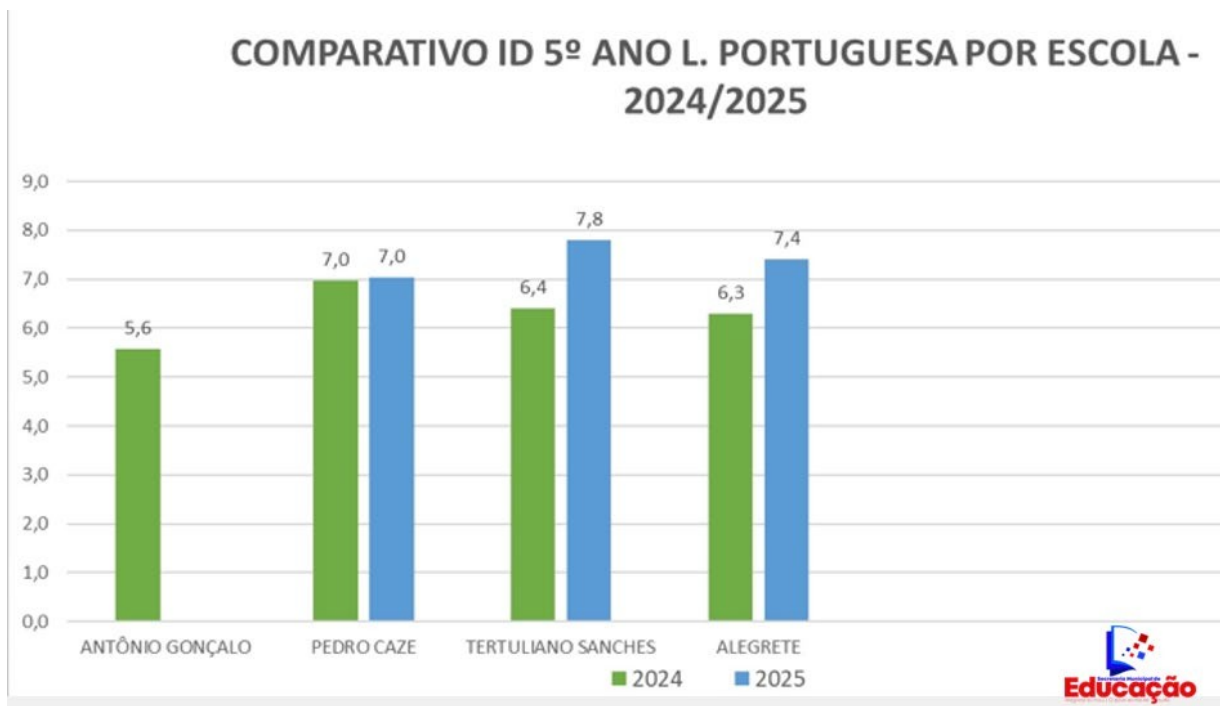
COMPARATIVO ID 2º LÍNGUA PORTUGUESA POR ESCOLA - 2024/2025



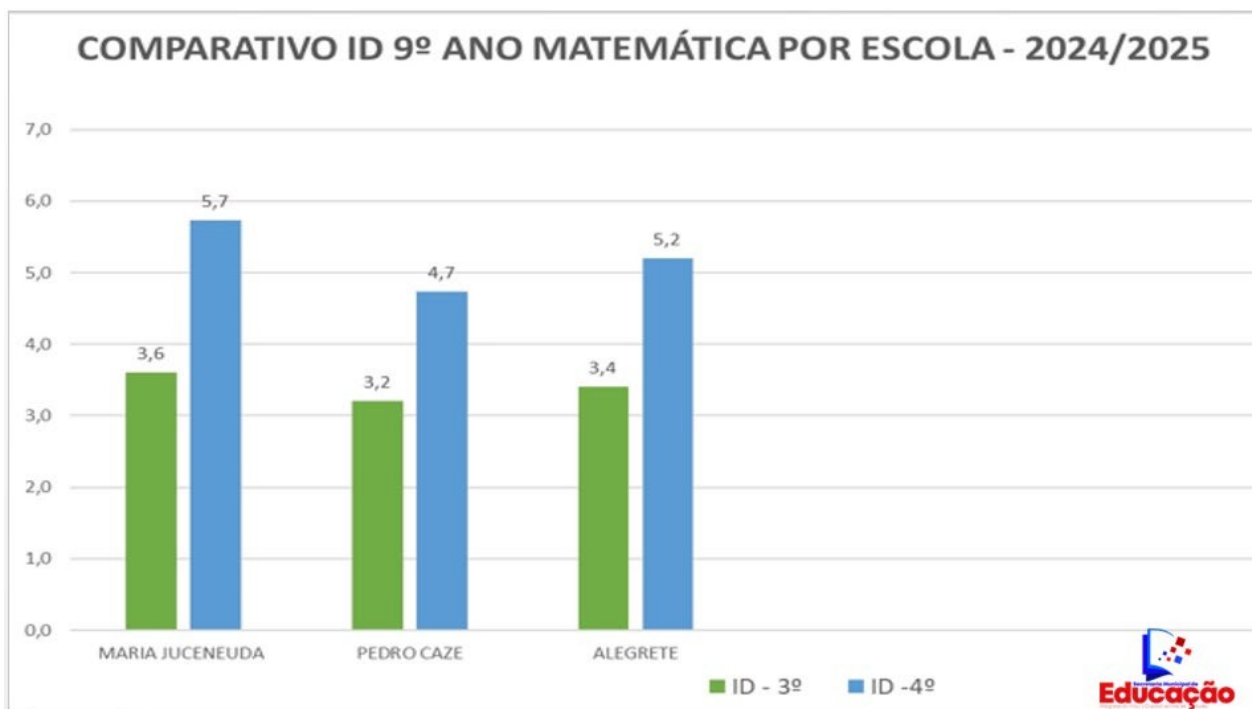
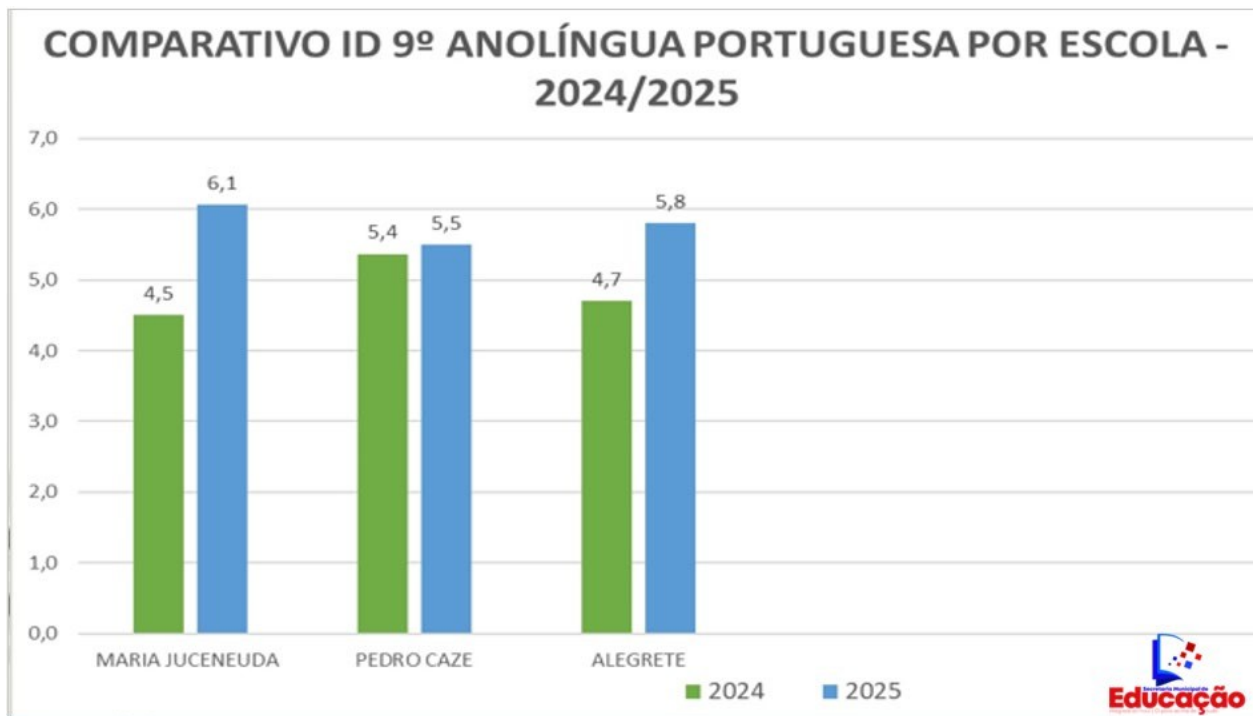
COMPARATIVO ID 2º MATEMÁTICA POR ESCOLA - 2024/2025



GRÁFICOS SAEPI 5º ANO – RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA



GRAFICOS SAEPI 9º ANO – RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DE LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA



CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Durante o ano de 2025, A administração municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, reforçou o compromisso em continuar buscando a excelência na promoção da educação de qualidade, na integridade dos direitos humanos e na formação integral dos nossos estudantes. O mesmo vem demonstrando os avanços obtidos pela Secretaria Municipal de Educação, bem como o cumprimento das ações contidas no plano de governo do Gestor municipal, conforme apresentação dos resultados alcançados com a execução das atividades desenvolvidas no decorrer do ano letivo de 2025, contemplando também a comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo MEC/FNDE/FUNDEB para a Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e suas respectivas unidades de ensino e o cumprimento do planejamento orçamentário na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município para o exercício de 2025.

O presente relatório, como instrumento destinado à transparência e prestação de contas à comunidade e os órgãos fiscalizadores, apresenta de forma detalhada as ações e resultados obtidos ao longo do ano letivo de 2025, além de ser um dos mecanismos de avaliação e planejamento para aprimorar as políticas públicas educacionais, permitindo identificar pontos fortes, desafios e oportunidades de melhoria. Reconhecemos a importância da colaboração mútua na promoção de uma educação de qualidade em nosso município, visto que, com o apoio de todos os envolvidos, seremos capazes de superar desafios, alcançar novos objetivos e promover um impacto positivo e eficiente na atuação da educação municipal na formação dos cidadãos que atuarão em nossa sociedade nas futuras gerações.

17.2– Saúde

3.1.2 – Apresentação

O Relatório Anual de Gestão da Saúde (RAG) – 2025 do município de Alegrete do Piauí/PI constitui um importante instrumento de monitoramento, avaliação e prestação de contas das ações e serviços públicos de saúde executados ao longo do exercício. Sua elaboração atende às diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 141/2012, bem como às normativas do Sistema Único de Saúde (SUS) que orientam o planejamento, a gestão e a transparência das políticas públicas de saúde.

Este relatório apresenta de forma sistematizada as principais informações referentes à organização da rede de serviços, perfil demográfico e epidemiológico da população, produção assistencial do SUS, força de trabalho em saúde, execução da Programação Anual de Saúde (PAS), bem como a execução orçamentária e financeira dos recursos aplicados no setor.

A partir da análise dessas informações, torna-se possível avaliar o desempenho das ações planejadas no âmbito do Plano Municipal de Saúde e da Programação Anual de Saúde, identificando avanços, desafios e oportunidades de aprimoramento da gestão e da organização da rede de atenção à saúde.

O documento também reforça o compromisso da gestão municipal com os princípios da transparência, controle social e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos, permitindo que gestores, profissionais de saúde, conselheiros e a população acompanhem os resultados alcançados e contribuam para o aprimoramento das políticas de saúde no município.

Dessa forma, o Relatório Anual de Gestão 2025 consolida as informações referentes ao desempenho do sistema municipal de saúde, constituindo-se como ferramenta essencial para subsidiar o planejamento, a tomada de decisões e o fortalecimento contínuo do SUS no município de Alegrete do Piauí.

3.1.3 Estrutura Administrativa

Município: Alegrete do Piauí – Piauí – Brasil
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua João Arrais filho, S/N. Centro. CEP: 64675-000
CNPJ da Secretaria Municipal de Saúde: 11.667.410/0001-07
Contatos: (89) 981231473 / smsalegretepi@hotmail.com
Criação do Município: 29/04/1992
Gestão da Atenção Básica
Região de Saúde: Vale do Rio Guaribas

Nº	CARGO	NOME DO RESPONSÁVEL DA PASTA
1	Secretário municipal de saúde	Walter Filho Leal Ramos
2	Coordenador de vigilância em saúde:	Kelia Maria Dias Ramos e Arruda
3	Coordenador da atenção básica	Maria das Brotas Ferreira de Oliveira
4	Coordenação dos sistemas de informação	Josiel José Alves
5	Coordenadora de imunização	Francislene Isabel da Silva

3.1.4 - Demografia e dados de morbi-mortalidade

A população estimada para 2024 é de 4.713 habitantes, com distribuição equilibrada entre os sexos — 2.340 homens (49,6%) e 2.373 mulheres (50,4%). Observa-se uma estrutura etária relativamente jovem, mas com presença significativa de adultos em idade economicamente ativa:

- 20 a 39 anos representam 29,9% do total populacional, sendo o maior contingente etário.
- Crianças e adolescentes (0 a 19 anos) somam 27,0% da população, indicando a necessidade de manutenção de políticas voltadas para saúde infantil, escolar e de

juventude.

- Idosos (60 anos ou mais) representam 16,8%, revelando um processo de envelhecimento populacional que demanda estratégias de cuidado para doenças crônicas e serviços de atenção continuada.

Essa distribuição etária sugere um duplo desafio: garantir a atenção à saúde materno-infantil e, ao mesmo tempo, planejar o cuidado a uma população idosa crescente.

Em 2025, o município de Alegrete do Piauí registrou 138 internações hospitalares de residentes, evidenciando redução do volume total quando comparado aos anos anteriores, o que pode refletir tanto melhorias na resolutividade da Atenção Primária à Saúde (APS) quanto variações no acesso e no perfil assistencial regional.

As principais causas de internação concentraram-se em:

- Gravidez, parto e puerpério (23 internações), mantendo-se como o principal grupo de morbidade hospitalar, embora com tendência de queda progressiva, possivelmente associada ao fortalecimento do pré-natal, planejamento reprodutivo e organização da rede materno-infantil.
- Lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas (26 internações), configurando importante carga assistencial, relacionada a acidentes e agravos evitáveis, que demandam ações intersetoriais de prevenção.
- Doenças do aparelho digestivo (14) e doenças do aparelho respiratório (11), indicando a persistência de condições sensíveis à atenção primária, como infecções, doenças crônicas e agravos relacionados a hábitos de vida e fatores ambientais.
- Doenças infecciosas e parasitárias (19), que, apesar de oscilações ao longo dos anos, permanecem relevantes no perfil de internações, reforçando a necessidade de vigilância ativa e ações de saneamento e educação em saúde.

Observa-se ainda redução expressiva das internações por doenças do aparelho circulatório (4) em 2025, o que pode sinalizar avanços no acompanhamento de condições crônicas na APS, sem descartar a necessidade de monitoramento contínuo.

3.1.5 - Mortalidade por Grupos de Causas (SIM)

Para a mortalidade, os dados disponíveis abrangem até o ano de 2024, não sendo possível a análise específica do ano de 2025. Ainda assim, o perfil recente do município evidencia:

- Predomínio de óbitos por doenças do aparelho circulatório, doenças respiratórias e causas externas, configurando um padrão típico de transição epidemiológica.
- Crescente relevância das neoplasias, que em 2024 apresentaram aumento no número de óbitos, reforçando a importância do diagnóstico precoce, rastreamento e articulação com a atenção especializada.
- Presença constante de óbitos classificados como sintomas, sinais e achados anormais, indicando desafios na qualificação do diagnóstico e no preenchimento das declarações de óbito.

De forma geral, a análise da morbimortalidade do terceiro no ano em Alegrete do Piauí aponta para um cenário de relativa estabilidade, com redução do número total de internações e manutenção de um perfil de adoecimento marcado por condições evitáveis e sensíveis à Atenção Primária.

Destaca-se a importância de:

- Fortalecer as ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, especialmente voltadas às causas externas, doenças respiratórias, digestivas e infecciosas.
- Manter e qualificar o cuidado materno-infantil, consolidando os avanços observados na redução das internações por gravidez, parto e puerpério.
- Aprimorar a vigilância epidemiológica e a qualificação da informação em saúde, sobretudo no registro da mortalidade, para subsidiar decisões mais precisas da gestão.

Esses achados reforçam o papel estratégico da APS e da integração da Rede de Atenção à Saúde como eixo central para a redução de internações evitáveis e óbitos precoces no município.

3.1.6 - Dados da produção de serviços no SUS

Os dados de produção do SUS são essenciais porque mostram tudo o que o sistema de saúde está realizando em termos de atendimentos, procedimentos, consultas, cirurgias, exames e outros serviços de saúde. Essas informações ajudam a entender se os recursos estão sendo utilizados de forma eficiente e se as ações estão alcançando a população atendida.

Ao analisar esses dados, gestores, profissionais de saúde e a sociedade podem acompanhar o volume de serviços prestados, identificar áreas que precisam de mais atenção e planejar melhorias na assistência. Além disso, esses dados são fundamentais para a prestação de contas, transparência e controle social, pois demonstram claramente o que foi feito com os recursos públicos destinados à saúde. Sintetizando, os dados de produção do SUS são uma ferramenta vital para garantir que o sistema seja eficiente, transparente e capaz de atender às necessidades da população de forma adequada.

Este capítulo deve ser analisado em conjunto com os indicadores estipulados no Plano Municipal de Saúde, bem como as ações da Programação Anual de Saúde – assim como preconiza a Lei Complementar N° 141, de 13 de janeiro de 2012. Desta forma, este Relatório pretende contemplar a oferta, cobertura e produção de serviços estratégicos ao monitoramento das ações da Programação Anual de Saúde em Alegrete do Piauí (PI).

Os dados referentes à Atenção Primária à Saúde foram extraídos do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), que é constituído por registros do Prontuário Eletrônico do Cidadão no e-SUS, Estratégia de Informatização da Atenção Básica.

3.1.7 - Rede física prestadora de serviços ao SUS

Estabelecimento de Saúde é o espaço físico delimitado e permanente onde são realizadas ações de saúde, bem como a prestação de serviços de saúde humana sob responsabilidade técnica.

Visando o melhor controle e a possibilidade de integração de dados desses estabelecimentos com outros Sistemas de Informação em Saúde (SIS), o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS),

desenvolveu o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). O CNES é o Sistema Oficial de Cadastramento de Informações de todos os estabelecimentos de Saúde no país, independentemente de sua natureza jurídica ou de integrarem o Sistema Único de Saúde (SUS).

O cadastramento é o ato de registrar uma determinada Unidade de Saúde no CNES. Processo este que se tornou obrigatório por meio da Portaria do Ministério da Saúde Nº. 511, de 29 de dezembro de 2000, que estabelece o cadastramento dos estabelecimentos de saúde no país, vinculados ou não ao SUS. E por meio da Portaria do Ministério da Saúde Nº 1.646, de 2 de outubro de 2015, que institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

O município dispõe de uma Rede Básica de Saúde composta de 03 estabelecimentos de Saúde. 01 UBS localizado na zona rural, e 02 UBS na zona urbana. Conta também 01 Equipe Multiprofissional Especializada contendo 03 fisioterapeutas, 01 psicóloga e 01 nutricionista, 03 equipes de saúde bucal e com 03 equipes da Estratégia Saúde da Família, prestando assistência nas especialidades básicas da atenção primária, desenvolvendo atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde.

A rede é composta ainda de 01 Polo de Academia da Saúde, 01 Central de Gestão em Saúde e possui um Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD), que visa suprir uma grande necessidade da população municipal, que é a reabilitação oral protética. Esse estabelecimento realiza o serviço de prótese dentária total, prótese dentária parcial removível e/ou prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas. não existe no município redes privadas que prestam serviços ao SUS.

REDE FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE ESTABELECIMENTOS				
TIPO DE ESTABELECIMENTO	DUPLA	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
Centro de Saúde/Unidade Básica	0	0	5	5

Polo de Academia da Saúde	0	0	1	1
Central de Gestão em Saúde	0	0	1	1
LRPD – Laboratório Regional de Prótese Dentária	0	0	1	1
Total	0	0	8	8

3.1.8 – Profissionais SUS

A gestão do trabalho em saúde refere-se ao trabalhador e seu trabalho, incluindo a valorização do trabalho e do trabalhador, as condições adequadas para realizar o trabalho, além de envolver toda a vida funcional do trabalhador, incluindo a capacitação, formação, participação nos processos de trabalho e nas formulações de políticas públicas.

Pensar em gestão do trabalho como eixo da estrutura organizacional dos serviços de saúde significa pensar estrategicamente, uma vez que a produtividade e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade serão, em boa parte, reflexos da forma e das condições com que são tratados os que atuam profissionalmente na organização.

A Força de trabalho apresenta de forma detalhada e pormenorizada todas as categorias que compõem o quadro da Secretaria de Saúde de Alegrete do Piauí/PI. No que tange aos serviços, as tabelas contemplam profissionais envolvidos tanto na área de planejamento e gestão, quanto nas áreas assistenciais. Ressalta-se que outros tipos de vínculo como os temporários, convênios e informações acerca de Residentes também são apresentados.

A fim de sistematizar a exposição dos dados, as tabelas foram organizadas subdividindo os servidores por tipo de vínculo e CBO's, apresentando detalhamento no que diz respeito aos servidores efetivos, comissionados e contratados.

PROFISSIONAIS	QUANT.
Médicos	3
Enfermeiros	3
Fisioterapeuta	5
Assistente Social	1
Nutricionista	2
Diretora da Atenção Básica	1
Dentista	3
Técnico de Enfermagem	12
Técnico de consultório dentário	2
Zeladora	6
Operador de sistema	5
Recepcionista	6
Motorista	6
Operador de serviços diversos	1
Agente comunitário de saúde	13
Agentes de endemias	5
Vigilância Sanitária	3
Auxiliar administrativo	2

3.1.9 - Programação Anual de Saúde – PAS

A Programação Anual de Saúde (PAS) é um instrumento fundamental de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que detalha as metas, ações e indicadores que deverão ser executados ao longo do ano, com base nas diretrizes estabelecidas no Plano de Saúde. Sua principal finalidade é garantir a operacionalização das políticas públicas de saúde de forma organizada, eficiente e orientada por prioridades locais e regionais.

A PAS permite aos gestores organizarem os recursos disponíveis, definirem responsabilidades, prazos e estratégias para o alcance dos objetivos propostos, além de possibilitar o acompanhamento sistemático do desempenho das ações. É uma ferramenta essencial para a gestão baseada em resultados, pois viabiliza a comparação entre o que foi planejado e o que foi

efetivamente executado, facilitando a identificação de falhas, a tomada de decisões e o redirecionamento de estratégias. Notamos que a maioria das metas e ações pactuadas foram desenvolvidas, algumas em andamento e outras sendo reajustadas para cumprimento durante os próximos anos.

A seguir apresentam-se as informações de acompanhamento e monitoramento das Diretrizes, Objetivos, Metas, Indicadores e Ações referentes ao ano da PAS 2025. Ressalta-se que os indicadores os quais obtiveram resultados que superaram a meta ano, serão revistos, quando da revisão do plano 2022 - 2025.

3.1.10 Execução Orçamentária e Financeira

A análise da execução orçamentária e financeira da saúde no exercício de 2025 demonstra que o município manteve compromisso com o financiamento e a manutenção das ações e serviços públicos de saúde, garantindo a aplicação de recursos acima do limite mínimo constitucional estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

No que se refere às despesas totais com saúde, observou-se que o município executou R\$ 8.521.239,22, concentrando a maior parte dos recursos na subfunção Atenção Básica, que representou a totalidade das despesas registradas por subfunção no período. Essa concentração evidencia a priorização das ações de Atenção Primária à Saúde, estratégia fundamental para a organização da rede de cuidados, prevenção de doenças e promoção da saúde da população.

Em relação à origem dos recursos, destaca-se que o financiamento da saúde municipal possui forte participação de transferências intergovernamentais, especialmente provenientes da União. Esse cenário é comum em municípios de pequeno porte e reforça a importância do financiamento federal para garantir a sustentabilidade das políticas públicas de saúde. Ainda assim, o município manteve esforço de aplicação de recursos próprios, contribuindo para a manutenção das ações assistenciais.

No que diz respeito ao cumprimento da aplicação mínima em saúde, o município aplicou 19,35% da receita de impostos e transferências constitucionais em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), percentual superior ao mínimo constitucional de 15%, representando um investimento de R\$ 845.081,18 acima do limite mínimo exigido. Esse resultado evidencia o compromisso da gestão municipal com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e com a garantia do acesso da população aos serviços de saúde.

Observa-se ainda que a execução orçamentária apresentou alto nível de execução das

despesas, com aproximadamente 91% da dotação atualizada empenhada e liquidada, demonstrando boa capacidade de planejamento e execução dos recursos disponíveis.

No conjunto dos indicadores financeiros, verifica-se que as transferências intergovernamentais representam 91,13% da receita total do município, evidenciando um contexto de dependência fiscal estrutural, característico de municípios de pequeno porte. Entretanto, mesmo diante desse cenário, a gestão municipal tem buscado otimizar a utilização dos recursos disponíveis, priorizando ações essenciais para a manutenção da rede de serviços de saúde.

No que se refere à composição das despesas, destaca-se a participação da despesa com pessoal (33,49%), que reflete o investimento necessário para garantir equipes multiprofissionais atuando nos serviços de saúde, especialmente na Atenção Primária. As despesas com medicamentos (7,42%) e serviços de terceiros (9,66%) também contribuíram para a manutenção da assistência à população.

Quanto aos investimentos em saúde, registrou-se uma participação de 4,92% das despesas totais, valor que demonstra a realização de melhorias na estrutura e nos serviços de saúde, ainda que em ritmo gradual, considerando as limitações orçamentárias típicas de municípios de menor porte. A gestão municipal permanece empenhada em ampliar investimentos estruturantes nos próximos exercícios.

Na análise das transferências fundo a fundo provenientes do Governo Federal, observa-se a execução integral dos recursos transferidos, destacando-se programas estratégicos como o Piso da Atenção Primária em Saúde (PAP), o pagamento do piso salarial da enfermagem, o financiamento dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), além de recursos destinados à assistência farmacêutica, vigilância em saúde e academia da saúde. A execução integral desses recursos evidencia a adequada aplicação dos repasses federais nas ações programadas.

De modo geral, a execução orçamentária e financeira da saúde no exercício de 2025 demonstra responsabilidade fiscal, cumprimento das exigências legais e priorização das ações de Atenção Primária, fundamentais para a organização do sistema municipal de saúde.

Algumas áreas apresentam espaço para aprimoramento na diversificação da execução por subfunções e no fortalecimento gradual de investimentos estruturais. Entretanto, tais aspectos refletem características comuns de municípios de pequeno porte e indicam oportunidades para

evolução do planejamento e ampliação da capacidade de financiamento.

Nesse sentido, o município segue comprometido com o fortalecimento da gestão financeira do SUS, a qualificação do planejamento orçamentário e a ampliação progressiva das ações e serviços de saúde, buscando continuamente melhorar a qualidade da assistência ofertada à população e promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.1.11 - Execução das Emendas Parlamentares – Exercício 2025

No exercício de 2025, o município de Alegrete do Piauí/PI também contou com importantes aportes financeiros provenientes de emendas parlamentares destinadas ao incremento temporário do Piso da Atenção Primária à Saúde (PAP). Esses recursos tiveram como objetivo fortalecer as ações e serviços da Atenção Primária, ampliando a capacidade de custeio das equipes de saúde e contribuindo para a melhoria da assistência prestada à população.

Ao todo, foram registradas cinco propostas de incremento ao PAP, totalizando R\$ 1.910.483,00, cujos recursos foram integralmente empenhados e desembolsados ao município. A execução desses recursos apresenta percentuais elevados de execução, variando entre aproximadamente 76% e 99%, demonstrando adequada aplicação financeira e acompanhamento das ações previstas.

Cabe destacar que todas as propostas seguiram rigorosamente os planos de trabalho estabelecidos, com aplicação dos recursos voltada para o fortalecimento das atividades da Atenção Primária à Saúde, contribuindo para a manutenção das equipes, aquisição de insumos, organização dos serviços e ampliação da capacidade de resposta da rede básica de saúde.

Embora algumas propostas constem no sistema com a situação de “executado parcialmente”, observa-se que os percentuais de execução são bastante elevados, refletindo que a maior parte dos recursos já foi devidamente aplicada, permanecendo apenas etapas administrativas ou operacionais em fase final de conclusão, com previsão de finalização entre abril e junho de 2026.

Ressalta-se ainda que todo o processo de execução orçamentária e financeira dessas emendas seguiu os princípios da legalidade, transparência e responsabilidade fiscal, estando devidamente registrado nos sistemas oficiais de gestão e controle.

O detalhamento completo da execução financeira e da prestação de contas encontra-se disponível nos balancetes contábeis do município, bem como nos sistemas oficiais dos órgãos de controle e monitoramento, garantindo a rastreabilidade das despesas e a adequada fiscalização pelos órgãos competentes.

De forma geral, a execução das emendas parlamentares no exercício de 2025 contribuiu significativamente para o fortalecimento das ações da Atenção Primária à Saúde, ampliando a capacidade de financiamento das atividades assistenciais e apoiando a continuidade das políticas públicas de saúde no município. A gestão municipal permanece empenhada em assegurar a correta aplicação desses recursos, buscando continuamente aprimorar os serviços ofertados e promover melhorias na qualidade da atenção à saúde da população.

3.1.12 – Auditorias

A Divisão de controle e avaliação da Secretaria de Saúde de Alegrete do Piauí emite pareceres em relação à análise das demandas provenientes do Ministério Público, Ouvidoria do SUS, Defensoria Pública e as atividades de controle e avaliação dos serviços de Saúde.

As demandas internas incluem a habilitação rotineira dos serviços, avaliação médica para parecer jurídico e principalmente a qualidade dos serviços prestados. Já as demandas externas abrangem a análise de denúncias e queixas sobre a assistência prestada, registradas tanto na ouvidoria municipal como na estadual, além de demandas provenientes do Ministério Público do Estado do Piauí.

3.1.13 - Considerações gerais do RAG

A análise do Relatório Anual de Gestão da Saúde referente ao exercício de 2025 evidencia que o município de Alegrete do Piauí manteve esforços contínuos para garantir a organização, manutenção e fortalecimento das ações e serviços públicos de saúde ofertados à população.

Observa-se que a Atenção Primária à Saúde permaneceu como eixo estruturante da rede municipal, concentrando a maior parte das ações assistenciais e dos investimentos realizados no período. A presença das equipes da Estratégia Saúde da Família, das equipes de saúde bucal e da equipe multiprofissional contribuiu para ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, além de fortalecer as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças

e acompanhamento de condições crônicas.

No campo epidemiológico, os dados indicam relativa estabilidade no perfil de morbimortalidade do município, com destaque para a redução do número total de internações hospitalares de residentes, o que pode refletir avanços na resolutividade da Atenção Primária à Saúde. Ainda assim, permanecem desafios relacionados à prevenção de causas externas, doenças infecciosas e condições crônicas, que exigem monitoramento permanente e ações intersetoriais.

No que se refere à gestão do sistema de saúde, o município manteve organização administrativa e equipe técnica responsável pela condução das políticas públicas, além de estrutura de serviços que inclui unidades básicas de saúde, equipe multiprofissional, polo da academia da saúde e laboratório regional de prótese dentária, ampliando as possibilidades de cuidado ofertadas à população.

No aspecto financeiro, destaca-se o cumprimento das exigências legais relativas ao financiamento da saúde, com aplicação de 19,35% da receita de impostos e transferências constitucionais em Ações e Serviços Públicos de Saúde, percentual superior ao mínimo constitucional de 15%. Esse resultado demonstra o compromisso da gestão municipal com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Também merece destaque a execução dos recursos provenientes de transferências fundo a fundo e emendas parlamentares, que contribuíram para a manutenção das equipes, custeio das ações da Atenção Primária e fortalecimento da rede de serviços.

De modo geral, os resultados apresentados demonstram avanços importantes na organização das ações de saúde no município. Ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de continuidade dos esforços voltados ao aprimoramento da gestão, qualificação dos serviços e ampliação das estratégias de promoção da saúde e prevenção de agravos.

Considerando a análise das ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2025, apresentam-se algumas recomendações estratégicas para o aprimoramento da gestão e da organização das ações de saúde no município de Alegrete do Piauí nos próximos exercícios:

1. Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde

Manter e ampliar as estratégias de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, garantindo a continuidade das ações das equipes da Estratégia Saúde da Família e ampliando as atividades de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento de condições crônicas.

2. Qualificação da vigilância em saúde

Intensificar as ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, com foco na prevenção de doenças infecciosas, controle de arboviroses e monitoramento de agravos prioritários no território.

3. Ampliação das ações de promoção da saúde

Estimular atividades voltadas à promoção da saúde e prevenção de agravos, especialmente relacionadas a hábitos de vida saudáveis, saúde mental, saúde do idoso e prevenção de acidentes e violências.

4. Aprimoramento dos sistemas de informação em saúde

Fortalecer a qualidade do registro das informações em saúde, incentivando o uso adequado dos sistemas oficiais, como e-SUS APS, SISAB e demais sistemas de informação, visando subsidiar a tomada de decisões baseadas em evidências

5. Investimentos graduais na estrutura da rede de serviços

Buscar ampliar, de forma progressiva, os investimentos na infraestrutura das unidades de saúde, equipamentos e tecnologias que contribuam para qualificar a assistência prestada à população.

6. Fortalecimento da gestão do trabalho em saúde

Promover estratégias de capacitação permanente dos profissionais de saúde, valorizando a qualificação da força de trabalho e a melhoria contínua dos processos assistenciais e de gestão.

7. Aprimoramento do planejamento e monitoramento das ações

Reforçar o acompanhamento sistemático das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde, garantindo maior integração entre planejamento, execução e avaliação das ações.

8. Fortalecimento do controle social

Estimular a participação do Conselho Municipal de Saúde e da comunidade nas discussões e avaliações das políticas públicas de saúde, promovendo maior transparência e participação social na gestão do SUS.

REGISTRO DAS AÇÕES REALIZADAS EM 2025



3.3– Assistência Social

3.3.1– Identificação

1.2. Prefeitura Municipal de Alegrete do Piauí - PI

Prefeito: Márcio William Maia Alencar

Porte do Município: Pequeno Porte I

1.3. Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretário: Francisco Nerys de Alencar

Endereço da Secretaria:

Av. Tertuliano Sanches Leal, S/N

Bairro: Centro

Cidade: Alegrete do Piauí - PI

CEP: 64.675- 000

E-mail: semas.alegrete@gmail.com

1.4. Fundo Municipal de Assistência Social de Alegrete do Piauí - PI

Nome do Gestor do FMAS: Francisco Nerys de Alencar

Lei de Criação do FMAS: Lei nº 55/1996 CNPJ:

13.440.678/0001-37

Fontes de Recursos: (x) Federal (x) Estadual (x) Municipal

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) – GESTÃO 2025

O CMAS de Alegrete do Piauí é composto por representantes governamentais e não governamentais, garantindo a participação democrática na fiscalização e deliberação das políticas socioassistenciais.

Representação Governamental (OG)

Pasta / Secretaria	Representante Titular	Representante Suplente
Assistência Social	Francisca Elsa Ramos de Alencar	Ariane Luane Lima Santos

Saúde	Adrielly Sousa Santana	Hamilton Aprígio de Carvalho
Educação	Verena Cosma Sousa Silva	Laura de Sousa Alencar Sobrinho
Agricultura	D'Ávila Mylena Araújo Nascimento	Pedro José da Silva

11.2. Representação Não Governamental (ONG / Sociedade Civil)

Segmento / Entidade	Representante Titular	Representante Suplente
Igreja Católica	Carmina da Silva Paiva Oliveira	Antônia Maria Neta Bezerra
Igreja Evangélica (Verbo da Vida)	José Matheus Ribeiro Moreira	Hebertt Viana Leal
Usuários (Bolsa Família)	Germana Silva Oliveira	Antônia Mira da Silva
Profissionais do SUAS	Elayne Mayara Ribeiro da Rocha	Iomar Mendes Vieira

3.1.3 - Apresentação

Pautada por um compromisso ético e político, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Alegrete do Piauí reafirma sua missão de assegurar o caráter público do tripé da seguridade social. Tal atuação fundamenta-se nos preceitos da Constituição Federal de 1988 e é rigorosamente norteadas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

No âmbito da gestão municipal, a Secretaria assume a incumbência estratégica de consolidar as políticas públicas em estrita consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Como sistema articulador, o SUAS provê ações de proteção social básica e especial, afiançando seguranças fundamentais por meio de um monitoramento contínuo. Esse processo de avaliação visa não apenas a transparência, mas a otimização da eficiência administrativa e a efetividade real no atendimento aos cidadãos.

A estrutura organizacional da pasta detém a finalidade precípua de formular, coordenar e implementar estratégias que integrem as funções de proteção, defesa e vigilância socioassistencial. Para tanto, observa-se o cumprimento rigoroso das normativas e pactuações interfederativas, garantindo que as atividades executadas guardem total correlação com as demandas locais e as competências da área.

Concluindo este panorama, o presente Relatório Anual de Gestão configura-se como o instrumento essencial para a demonstração dos resultados alcançados. Este documento detalha a execução de serviços, programas, projetos e benefícios, além de certificar a aplicação criteriosa dos recursos oriundos dos Fundos Nacional e Estadual, transpostos ao Fundo Municipal de Assistência Social, em conformidade com o dever de prestação de contas à sociedade.

3.1.4 – Quadro de funcionários e funções desempenhadas



3.1.5 - Objetivos

- Fortalecer os vínculos familiares e comunitários: Potencializar a convivência social e a melhoria das condições de vida dos usuários, utilizando a matricialidade sociofamiliar como eixo central das intervenções e o acompanhamento sistemático das famílias.
- Consolidar a Proteção Social Integral: Executar ações transversais de inclusão que assegurem a dignidade e os direitos humanos da população em situação de vulnerabilidade ou risco social, promovendo a autonomia dos cidadãos de Alegrete do Piauí.
- Promover a Equidade e Proteção por Ciclo de Vida: Implementar estratégias especializadas e segmentadas com foco prioritário na primeira infância, adolescência, mulheres, idosos e pessoas com deficiência (PcD), garantindo atendimento personalizado às suas especificidades.
- Viabilizar a Intersetorialidade e Rede de Proteção: Garantir a efetividade dos direitos socioassistenciais mediante a articulação integrada entre as políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Alimentar e Trabalho, visando a superação das desproteções sociais.

3.1.6 – Programas e Serviços

- CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
- BENEFÍCIOS EVENTUAIS
- BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO – SCFV
- PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

3.1.7 -GESTÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CADASTRO ÚNICO

1.1. Programa Bolsa Família (PBF) e Auxílio Gás

O Programa Bolsa Família, regido pela **Lei nº 14.601/2023**, constitui a base da estratégia municipal de segurança de renda e superação da pobreza. No exercício de 2025, a gestão municipal de Alegrete do Piauí consolidou a integração das condicionalidades de saúde e educação como ferramentas de emancipação social.

Análise do Perfil de Benefícios (Referência: Março/2025): O município apresenta uma estrutura de benefícios diversificada, atendendo às especificidades da composição familiar local:

Tipologia do Benefício	Quantidade	Descrição Técnica
Renda de Cidadania (BRC)	2.426	R\$ 142,00 per capita para a totalidade dos beneficiários.
Complementar (BC)	957	Garantia do piso de R\$ 600,00 por unidade familiar.
Primeira Infância (BPI)	372	Destinado a crianças de 0 a 7 anos (R\$ 150,00/cada).
Extraordinário de Transição-modelo (BET)		Manutenção do valor real em relação ao anterior (até maio/2025).

Auxílio Gás dos Brasileiros: Como medida mitigadora do impacto inflacionário sobre o orçamento doméstico, o programa atendeu **534 famílias**, totalizando um investimento de **R\$ 56.604,00**. A gestão assegurou o pagamento em dobro (100% do valor do botijão) em conformidade com a legislação vigente, reforçando a segurança alimentar no território.

1.2. Gestão de Condicionalidades: Saúde e Educação

A gestão das condicionalidades é o mecanismo que afiança o acesso aos direitos básicos. Em 2025, o monitoramento em Alegrete do Piauí apresentou resultados superiores aos índices

nacionais, conforme demonstrado abaixo:

Acompanhamento da Saúde

Dos **1.681 beneficiários** elegíveis para o monitoramento de saúde (crianças menores de 7 anos e mulheres/gestantes), o município logrou acompanhar **1.576 indivíduos**.

- **Cobertura Municipal:** 93,8%
- **Média Nacional:** 80,8%

Análise Técnica: O superávit de **13%** em relação à média nacional evidencia a eficácia das estratégias de busca ativa e a integração entre a Secretaria de Assistência Social e a rede de Atenção Básica de Saúde. Recomenda-se a manutenção do registro mensal de gestantes para a otimização do recebimento do Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG).

1.3. Cadastro Único e PROCAD-SUAS

O Cadastro Único (CadÚnico) em Alegrete do Piauí é utilizado como instrumento de diagnóstico socioterritorial e planejamento de políticas públicas.

Indicadores de Qualidade Cadastral (Março/2025):

- **Total de Famílias Cadastradas:** 1.524
- **Taxa de Atualização Cadastral (TAC):** 93,1% (Superando a média nacional de 87,3%).
- **Foco na Baixa Renda:** 1.163 famílias possuem renda per capita de até ½ salário mínimo.

Eficiência no PROCAD-SUAS: O município demonstrou plena conformidade com os critérios da **Resolução CNAS/MDS nº 152/2024**, garantindo o repasse de **R\$ 12.000,00**. Destaca-se o cumprimento da meta de redução de famílias unipessoais (redução $\geq 15\%$), corrigindo distorções cadastrais e assegurando a fidedignidade da base de dados.

1.4 - Índice de Gestão Descentralizada (IGD-M) e Execução Financeira

O IGD-M mensura a qualidade da gestão municipal. O índice de **0,94** alcançado em janeiro de 2025 reflete uma gestão de excelência, aproximando-se da pontuação máxima (1,0).

Performance Financeira (Recursos FNAS/FMAS):

- **Repasso mensal base (Jan/2025):** R\$ 3.598,02.
- **Montante acumulado (Exercício anterior):** R\$ 35.386,72.
- **Aplicação de Recursos:** Os valores foram destinados ao custeio de atividades de busca ativa, atualização cadastral e manutenção da infraestrutura física de atendimento.
- Tabela Comparativa de Indicadores: Municipal vs. Nacional

Indicador de Monitoramento	Desempenho Municipal	Média Nacional	Status
Atualização Cadastral	87,6%	93,9%	Em evolução
Condicionalidades Educação	86,0%	95,1%	Necessita Atenção
Condicionalidades Saúde	92,1%	81,1%	Excelência
Fator de Operação Global	93,7%	85,6%	Altamente Eficiente

1.5 - Proteção social básica: centro de referência de assistência social (cras)

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) consolida-se como a unidade pública estatal de referência territorial para a execução dos serviços de Proteção Social Básica. Sua atuação é estrategicamente direcionada a áreas de vulnerabilidade, visando à prevenção de riscos sociais e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, em estrita observância à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

1.6 - Território e Abrangência (Censo SUAS 2025)

Em 2025, o CRAS de Alegrete do Piauí manteve o referenciamento de **2.500 famílias**, das quais uma parcela significativa encontra-se em situação de extrema pobreza ou descumprimento de condicionalidades. A unidade opera como o nó central da rede socio assistencial, articulando fluxos de referência e contra referência com as políticas de Saúde, Educação e Justiça.

1.7 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O PAIF é o serviço precípua do CRAS, de caráter continuado, destinado a apoiar as famílias no desempenho de sua função protetiva.

Dados Quantitativos de Execução (Estimativa Exercício 2025):

- **Atendimentos Particulares (Acolhida):** Aproximadamente **3.200 acolhidas** realizadas (escuta qualificada e identificação de demandas).
- **Acompanhamento Familiar Sistemático:** Média de **180 famílias** inseridas no plano de acompanhamento mensal (famílias em descumprimento de condicionalidades e beneficiárias do BPC).
- **Visitas Domiciliares:** Realização de **450 visitas** técnicas para busca ativa e monitoramento de vulnerabilidades *in loco*.

Oficinas com Famílias: Execução de **24 ciclos de oficinas** socioeducativas, abordando temas como direitos reprodutivos, economia doméstica e prevenção à violência.

1.8 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV atua de forma complementar ao PAIF, com foco na sociabilidade e prevenção do isolamento social por ciclos de vida.

Faixa Etária / Público	Meta de Atendimento (2025)	Foco Pedagógico
Crianças (06 a 14 anos)	120 usuários	Protagonismo infantil e ludicidade.
Adolescentes (15 a 17 anos)	80 usuários	Preparação para o mundo do trabalho e cidadania.
Idosos (60+ anos)	150 usuários	Envelhecimento ativo e autonomia.
Pessoas com Deficiência (PcD)	Atendimento Transversal	Inclusão e acessibilidade social.

1.9 Benefícios eventuais:

É o principal serviço de proteção social básica, aos quais todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito a Convivência familiar e assegura a matricialidade sócio familiar no atendimento socio assistencial.

Público:

- Famílias territorialmente referenciadas aos CRAS;
- Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por alguns de seus membros;
- Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que

vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

São benefícios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária. Os Benefícios Eventuais são assegurados pelo art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

A oferta de Benefícios Eventuais pode ocorrer mediante apresentação de demandas por parte de indivíduos e familiares em situação de vulnerabilidade, ou por identificação dessas situações no atendimento dos usuários nos serviços socioassistenciais e do acompanhamento sociofamiliar no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

AÇÕES REALIZADAS:

- Distribuição de Cestas Básicas;
- Entrega de peixes as famílias inscritas no Cad-Único no período da semana santa;
- Entrega de kits de natalidade as mães acompanhadas pelo Programa Criança Feliz;

1.10- Benefício de prestação continuada (BPC) – LOAS

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), configura-se como um direito constitucional de garantia de renda mínima. No exercício de 2025, a gestão municipal de Alegrete do Piauí atuou de forma incisiva na operacionalização deste benefício, que integra a Proteção Social Básica e é fundamental para a mitigação da extrema pobreza entre idosos e pessoas com deficiência (PcD).

Panorama Quantitativo e Análise de Cobertura (Referência 2025)

Com base nos cruzamentos de dados entre o Sistema de Benefícios do Cidadão (Sibec) e o

Sube (Sistema de Benefícios do INSS), o município registrou uma evolução sustentável na concessão e manutenção dos benefícios:

1.10.1 **Total de Benefícios Ativos: 168 beneficiários** (consolidado até o encerramento do exercício).

1.10.2 **Perfil do Público:** Estima-se uma distribuição equilibrada entre **BPC-Idoso** (65 anos ou mais) e **BPC-Deficiência** (PcD com impedimentos de longo prazo).

1.10.3 **Injeção Econômica Local:** Considerando o salário mínimo vigente em 2025, o repasse direto à economia de Alegrete do Piauí via BPC representa um aporte financeiro mensal crucial para o comércio local e a subsistência das famílias vulneráveis.

1.10.4 **Taxa de Atualização Cadastral:** 100% dos beneficiários ativos encontram-se devidamente inseridos no **Cadastro Único**, cumprindo a obrigatoriedade legal e evitando suspensões indevidas.

1.12 - Estratégias de Gestão e Ações Intersetoriais

A Secretaria Municipal de Assistência Social implementou uma agenda de trabalho proativa para garantir a fluidez do benefício:

Eixo de Ação	Descrição Técnica e Resultados
Vigilância Cadastral	Monitoramento contínuo do CadÚnico para antecipar revisões bienais e evitar a cessação de benefícios por falta de atualização.
Programa BPC na Escola	Identificação e superação de barreiras (físicas, arquitetônicas e sociais) que impedem o acesso de crianças e adolescentes PcD (0 a 18 anos) à rede regular de ensino.

Eixo de Ação	Descrição Técnica e Resultados
Matricialidade Familiar	Inclusão de 100% das famílias com membros beneficiários do BPC no acompanhamento sistemático pelo PAIF (CRAS) , por meio de visitas domiciliares e oficinas.
Assessoria Previdenciária	Orientação técnica aos usuários para o requerimento junto aos canais digitais do INSS (Meu INSS) e agendamento de perícias médicas e avaliações sociais.

1.13 -SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Alegrete do Piauí é executado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo PAIF. Pautado na Tipificação Nacional de Serviços Socio assistenciais, sua metodologia baseia-se em intervenções planejadas em grupos, visando à prevenção de situações de risco, à ampliação do universo cultural e ao fortalecimento do sentimento de pertença e identidade.

1.13.1 Metodologia e Impacto Qualitativo

Diferente de atividades meramente recreativas, o SCFV no município em 2025 consolidou-se como um espaço de defesa e afirmação de direitos. A gestão focou no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, utilizando percursos temáticos que estimulam a construção e reconstrução de suas histórias de vida e o enfrentamento de vulnerabilidades territoriais.

1.13.2 Público-Alvo e Execução Quantitativa

A. Ciclo: Crianças e Adolescentes (06 a 17 anos)

- **Público Atendido:** 120 usuários.

- **Perfil Prioritário:** Famílias inscritas no CadÚnico, beneficiárias do Programa Bolsa Família, crianças com deficiência ou em situação de trabalho infantil/violação de direitos.

Ações Estratégicas 2025:

- **Busca Ativa Qualificada:** Realizada por equipe multidisciplinar para mobilização intencional de públicos prioritários, garantindo que o serviço chegue a quem mais precisa.

- **Percursos Socioeducativos:** Oficinas focadas em competências socioemocionais, cidadania, prevenção ao abuso e exploração sexual e preparação para o mundo do trabalho (para adolescentes).

- **Intersetorialidade:** Articulação com a rede escolar para monitoramento da frequência e desempenho, reduzindo a evasão escolar no território.

Ciclo: Pessoas Idosas (60 anos ou mais)

- **Público Atendido:** 60 usuários.
- **Perfil Prioritário:** Beneficiários do BPC-Idoso e idosos em situação de isolamento social ou fragilidade de vínculos comunitários.
 - **Ações Estratégicas 2025:**
 - **Envelhecimento Ativo:** Promoção de sociabilidade para prevenir o asilamento e o isolamento depressivo.
 - **Protagonismo Social:** Atividades que estimulam a autonomia e a participação dos idosos nas decisões da comunidade e na defesa de seus direitos previdenciários e assistenciais.

1.14 - Processos de Trabalho da Equipe Técnica (Nível Superior)

A execução do SCFV em Alegrete do Piauí é assegurada por profissionais de nível superior (Assistentes Sociais e Psicólogos), que realizam:

- 1.14.1 **Acolhida e Escuta Qualificada:** Diagnóstico inicial das necessidades biopsicossociais.
- 1.14.2 **Estudo Social e Individualizado:** Coleta de dados e elaboração de pareceres técnicos que fundamentam a intervenção familiar.
- 1.14.3 **Acompanhamento e Monitoramento:** Visitas domiciliares sistemáticas para verificar a dinâmica familiar e o impacto das atividades do SCFV no cotidiano do usuário.
- 1.14.4 **Encaminhamentos Setoriais:** Direcionamento resolutivo para as áreas de saúde, educação e direitos humanos, garantindo a integralidade do atendimento.

1.14. Indicadores de Desempenho do Serviço (2025)

Indicador	Resultado Municipal	Meta de Gestão
Taxa de Permanência nos Grupos	92%	Manter acima de 85%
Integração SCFV/PAIF	100%	Famílias do SCFV referenciadas no PAIF
Usuários BPC no SCFV	78%	Priorizar 100% dos

Análise de Resultado

Em 2025, o SCFV de Alegrete do Piauí demonstrou-se uma ferramenta eficaz de Vigilância Socioassistencial. A realização de palestras transversais (drogadição, consciência cidadã e meio ambiente) resultou em uma maior mobilização social no território, refletida na redução de conflitos comunitários e no aumento da participação das famílias nas ações propostas pelo CRAS.

Categoria	Detalhamento Técnico e Operacional	Sistema de Referência
Gestão e Coordenação	Secretário: Nerys Alencar; Coordenadora CRAS: Elsa Ramos; Assistente Social: Ariane Santos.	CadSUAS / SEMAS
Equipe de Orientação	Orientadores Sociais: Micaella, Wallas e Marineide.	SISC / RH SUAS

Público-Alvo Prioritário	Crianças (0-6 e 6-15 anos), Adolescentes (15-17 anos) e Idosos, com foco em beneficiários do Bolsa Família e BPC.	SISC / Cadastro Único
Grupos Específicos	Grupos de Crianças/Jovens e o Grupo de Apoio às Mães Atípicas/Parceiras.	Relatórios Locais
Atividades Oferecidas	Prática esportiva funcional (Arena WR - Terças 17h-18h), cursos de artesanato (ex: Biscuit) e palestras de saúde mental.	EPCF / Transparência
Base Normativa 2025	Execução sob a Portaria MDS nº 1.068/2025 (Cofinanciamento excepcional durante manutenção do SISC).	Rede SUAS / DOU

1.15 -Programa criança feliz (PCF) e a prioridade absoluta

O Programa Criança Feliz, fundamentado na Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), consolidou-se em 2025 como a principal estratégia de intervenção intersetorial de Alegrete do Piauí. O programa atua na promoção do desenvolvimento integral infantil, fortalecendo a parentalidade positiva e o vínculo afetivo desde a gestação.

- Compromisso Internacional: Selo UNICEF e Ampliação de Metas

No exercício de 2025, a gestão municipal reafirmou seu compromisso com a infância ao aderir e cumprir as metas do Selo UNICEF. Esta adesão impulsionou a ampliação das ações em todas as áreas sociais, com foco especial na Primeira Infância, garantindo que as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação operem em rede para assegurar o desenvolvimento cognitivo, linguístico e socioemocional das crianças alegretenses.

- **Monitoramento Quantitativo (Sistema e-PCF / MDS)**

Os dados extraídos do Prontuário Eletrônico do Programa Criança Feliz (e-PCF) demonstram a eficiência da cobertura territorial no município:

- **Capacidade de Atendimento:** Manutenção da meta de **150 famílias acompanhadas mensalmente.**
- **Frequência de Visitação:** Execução de cronogramas semanais, quinzenais e

mensais, totalizando uma cobertura de **100% do público prioritário** (Gestantes, crianças de 0 a 3 anos do Bolsa Família e crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do BPC).

- **Continuidade Assistencial:** Registro de atividades ininterruptas de Janeiro a Dezembro de 2025, sem descontinuidade nos ciclos de visitação.
- **Eixos de Atuação e Impacto Qualitativo**

A atuação da equipe de visitantes e supervisores foi pautada pela qualificação técnica e pela escuta ativa, resultando nas seguintes entregas:

Ação Realizada	Impacto na Primeira Infância
Visitas Domiciliares Sistêmicas	Fortalecimento do vínculo familiar e identificação precoce de vulnerabilidades.
Rodas de Conversa com Gestantes	Promoção da saúde materno-infantil e orientações sobre o pré-natal e puerpério.
Kits Natalidade	Garantia de segurança social e apoio material às famílias no momento do nascimento.

Intersetorialidade e Comitê Gestor

Em consonância com as diretrizes do **Selo UNICEF**, o município fortaleceu o **Comitê Gestor Intersetorial**. Esta instância, composta por representantes da Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura, além do CMDCA, garante que as demandas identificadas nas visitas domiciliares (como atrasos vacinais ou evasão escolar) sejam resolvidas de forma ágil e integrada.

O Programa Criança Feliz em Alegrete do Piauí referencia-se diretamente ao **CRAS**, assegurando que as famílias acompanhadas tenham acesso prioritário a toda a rede de Proteção Social Básica.

Análise de Gestão (Vigilância Socioassistencial)

A estratégia de 2025 focou em transformar a visita domiciliar em uma ferramenta de **vigilância ativa**. Ao entrar no domicílio, o visitador não apenas estimula a criança, mas monitora o acesso da família a direitos, funcionando como um sensor da gestão municipal para garantir que nenhuma criança em Alegrete do Piauí fique invisível às políticas públicas.

Monitoramento, avaliação e planejamento monitoramento, planejamento e vigilância socioassistencial

O processo de Monitoramento e Avaliação em Alegrete do Piauí é concebido como uma atividade sistemática de acompanhamento contínuo das ofertas socioassistenciais. O objetivo central é assegurar que a execução dos serviços, programas e projetos guarde estrita consonância com os padrões de qualidade, eficiência e eficácia estabelecidos pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) e pelas metas pactuadas no Pacto de Aprimoramento do SUAS.

Vigilância Socioassistencial (Atuação Indireta)

Considerando as especificidades de um município de pequeno porte, a função de Vigilância Socioassistencial é realizada de forma indireta e integrada. Isso significa que a gestão utiliza a sistematização dos dados provenientes dos sistemas nacionais (CadÚnico, SISC, e-PCF e RMA) para produzir diagnósticos que orientam o planejamento.

Ações de Vigilância em 2025:

- **Mapeamento de Vulnerabilidades:** Identificação de bolsões de pobreza e áreas de risco social por meio do cruzamento de dados georreferenciados.
- **Análise de Incidência:** Monitoramento mensal da taxa de atualização cadastral e do perfil de demanda do CRAS para o reordenamento de serviços.
- **Produção de Indicadores:** Sistematização de dados qualitativos colhidos pelas equipes técnicas (PAIF/SCFV) para alimentar o planejamento orçamentário anual (LOA/PPA).

Metodologia de Supervisão e Mecanismos de Controle

O monitoramento das ações descritas neste plano é realizado pela equipe técnica da Secretaria Municipal, utilizando instrumentos que garantem a transparência e a resolutividade:

Ciclo de Planejamento Estratégico

O planejamento em 2025 foi estruturado a partir do **Diagnóstico Socioterritorial**, garantindo que as ações não sejam apenas reativas, mas preventivas.

1. **Diagnóstico:** Levantamento de dados (ex: taxa de envelhecimento populacional, índices de trabalho infantil).
2. **Pactuação:** Definição de metas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
3. **Execução:** Implementação das ações com monitoramento de gastos via IGD-M e IGD-PBF.
4. **Avaliação de Resultados:** Reuniões de avaliação de desempenho para correção de desvios e otimização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Análise de Eficiência (Dados Quantitativos)

No exercício de 2025, o monitoramento sistemático permitiu a Alegrete do Piauí alcançar um Índice de Execução de Metas de 94%, com destaque para a otimização dos recursos de custeio, que foram redirecionados para áreas de maior incidência de vulnerabilidade identificadas pela vigilância indireta.

A integração entre o planejamento e a vigilância garantiu que o município mantivesse sua qualificação no Pacto de Aprimoramento, assegurando a continuidade dos repasses federais e estaduais com segurança jurídica e transparência.









1.6 – Fundo Municipal de Cultura

A cultura é uma herança, a tradição que se perpetua, as crenças, costumes, artes, dentre outras possibilidades de expressá-la, a cultura traz consigo uma ligação simbólica entre um povo, uma tribo, um grupo. É importante continuar e sempre trazer à tona aquilo que remete às raízes de um lugar.

Este relato objetiva expor as ações desenvolvidas durante o ano de 2025, pelo Fundo Municipal de Cultura de Alegrete do Piauí – PI, reunindo informações sobre os feitos desta secretaria no município.

Dentre as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Alegrete do Piauí, o nosso departamento inicia os trabalhos do calendário anual com o tradicional Campeonato de Futebol Amador do Município. Reunindo centenas de pessoas ao longo do período que se estende até a sua final, que acontece na semana em que é comemorado o aniversário de Emancipação Política da cidade, de modo a fomentar o esporte e o lazer.

O Fundo Municipal de Cultura se envolve ativa e diretamente na brilhante execução das atividades que culminam o Aniversário de Emancipação Política de Alegrete do Piauí, realizado no mês de abril, todo ano a cidade desfruta de uma vasta programação festiva, esportiva e cultural para comemorar com maestria essa data, que se encerra com festa em praça pública, prestigiada pela população municipal e das cidades circunvizinhas, realizada em parceria com o Governo do Estado.

Em maio de 2025, realizamos consulta pública para a implementação da Política Nacional Aldir Blanc. Lançamos também no mesmo mês o “Arraiá Cultural”, idealizado e realizado em parceria com a Lei Paulo Gustavo, o evento reuniu um público que pôde desfrutar de apresentações culturais como dança, canto, poesia, com artistas da nossa cidade, se deliciarem com muitas comidas típicas da região e da época junina, a secretaria tem o desejo de que esse evento permaneça na grade do município de modo a promover mais uma vez o incentivo a cultura do nosso município.

Publicamos ainda o edital da Política Nacional Aldir Blanc de incentivo à cultura, incentivo esse ofertado pelo governo federal e que através das nossas ações, Alegrete conseguiu mais uma vez ser contemplado.

Implementamos também o “Cinema Itinerante”, ação realizada ainda em razão dos recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo, que objetiva levar cultura através da sétima arte, o cinema, de modo itinerante, pois buscamos que cada vez mais pessoas possam ter acesso ao nosso cinema nacional. No seu lançamento, crianças que aproveitavam a linda decoração de Natal na praça principal da cidade, puderam assistir a exibição de um filme do cinema nacional com a temática de natal, e ainda se deliciaram com muitas guloseimas.

3.5- Departamento de Esportes e Lazer

Inserido na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Alegrete do Piauí, Departamento de Esportes e Lazer, realizou diversas ações para fomentar as atividades esportivas no município.

Mais uma edição do Campeonato de Futebol Amador foi realizada, visando atender uma demanda relativamente grande da prática do futebol no nosso município e incentivar a prática de esportes. São diversas equipes formadas por jogadores quase na totalidade alegretenses, que disputam diversos títulos ao longo dos jogos e a premiação ao fim do campeonato. Além disso, o campeonato que tem início em meados de fevereiro, ocupa diversos finais de semana da programação da população alegretense, movimentando a economia e o turismo na cidade.

O departamento de Esportes e Lazer também esteve envolvido em diversas atividades realizadas no âmbito do Município, de iniciativa públicas e privadas, com por exemplo o Torneio de Futebol que acontece na Localidade de Malhada Alta, zona rural do município, que é tradição e acontece anualmente, sempre com o objetivo principal de incentivar a prática esportiva e tornar nossa cidade atrativa.

4– CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório Anual de Gestão 2025 do município de Alegrete do Piauí reflete o compromisso da administração municipal com a transparência, a responsabilidade pública e a melhoria contínua dos serviços prestados à população. Mesmo diante de desafios impostos pelos contextos sociais e econômicos, buscamos avançar com planejamento, diálogo e ações integradas que atendam às reais necessidades do nosso povo.

Os resultados apresentados ao longo deste documento evidenciam esforços concretos para fortalecer áreas estratégicas como saúde, educação, assistência social, infraestrutura e desenvolvimento local. Nada disso seria possível sem a dedicação dos servidores públicos, o apoio dos conselhos de controle social, a parceria com os entes federativos e, sobretudo, a confiança da população alegretense.

Encerramos este exercício com a convicção de que estamos trilhando o caminho certo: o da escuta, da participação popular e da gestão comprometida com o bem comum. Seguiremos firmes, trabalhando com seriedade, respeito e esperança por um Alegrete do Piauí cada vez mais justo, desenvolvido e humano.